

PLANO DE CONTINGÊNCIA para a COVID-19

Estabelecimento de Educação/Ensino Fundamental, Médio e Superior

CENTRO DE EDUCAÇÃO CANTINHO FELIZ LTDA
CENTRO EDUCACIONAL TIMBÓ EIRELI



PLANCON-EDU/ESCOLAS COVID-19

Timbó.
Município

Timbó, 26 de outubro de 2020
Mês



Este Plano de Contingência foi construído com base no Modelo do Plano de Contingência elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina.

Governador do Estado de Santa Catarina

Carlos Moisés da Silva

Chefe da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina

João Batista Cordeiro Junior

Diretor de Gestão de Educação

Alexandre Corrêa Dutra

Equipe que elaborou o Modelo de Plano de Contingência

Coordenação: Mário Jorge C. C. Freitas - Associação Brasileira de Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação em Redução de Riscos e Desastre (ABP-RRD)

Sub- Coordenação: Cleonice Maria Beppler - Instituto Federal Catarinense (IFC)

Caroline Margarida - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)

Fabiana Santos Lima - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Francisco Silva Costa - Universidade do Minho (UMinho/Portugal)

Janete Josina de Abreu - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Leandro Mondini – Instituto Federal Catarinense (IFC Camboriú)

Pâmela do Vale Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim - Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Regina Panceri - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)

Colaboradores Externos

Prof. Eduardo R. da Cunha - Colégio Bom Jesus - Unidade Pedra Branca/Palhoça/SC

Prof. Josué Silva Sabino - Escola Básica Padre Doutor Itamar Luis da Costa - Imbituba/SC

Profa. Rute Maria Fernandes - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SEDUCE) - Imbituba/SC.

MsC. Maria Cristina Willemann - Epidemiologista - Mestre em Saúde Pública

COMISSÃO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19



Entidades Participantes:

Secretaria Municipal de Educação
Assistência Social
Conselho Municipal da Alimentação Escolar
Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB
Conselho Municipal de Educação
Escolas da Rede Estadual
Escolas da Rede Privada
Pais dos Estudantes da Educação Básica
Profissionais e Trabalhadores de Educação
Secretaria Municipal da Fazenda e Administração
Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Coordenação Geral:
Marcia Witthoeft Mellies

Coordenação Grupos de Trabalho:
Rúbia Manuele Campregher - GT Diretrizes Sanitárias
Claracy Maria Ferrari Butzke - GT Diretrizes Alimentação Escolar
Harri Fiebes - GT Diretrizes Transporte Escolar
Francieli Cristina Anesi - Diretrizes Pedagógicas
Sabrina Muraro Zickuhr - GT Diretrizes Gestão de Pessoas
Edesio Marcos Slomp - GT Diretrizes Capacitação e Treinamento, Comunicação e Informação, Diretrizes Finanças

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

Diretrizes Sanitárias
Camila Juliana Buerger Dias
Doraci Pereira da Silva
Edesio Marcos Slomp
Edla Janice Perini Nones
Fernanda Vicenzi Pavan
Leticia Caime Maia
Marcia Witthoeft Mellies
Patricia Xavier Conti
Rubia Manuele Campregher

Diretrizes Sanitárias para Alimentação Escolar
Claracy Ferrari Butzke
Leocadia Raquel Tamanini Bogo
Luize Amanda Salvador
Marilene Tomelin

Diretrizes Sanitárias para o Transporte Escolar
Harri Fiebes
Iracema Ramos Gonzaga Pellin
Sandra Regina Sardagna
Talita Nazario Bristot Silva

Diretrizes Pedagógicas
Alan Evaristo Mengarda
Camila Thaisa Alves Bona
Cristiane Bonatti



Cristiane Elisabeth Longo
Denise Klotz
Francieli Cristina Anesi
Gladis Terezinha Longo Boaventura
Jamaica Suellen Bell Saraiva Chiste
Mabel Demonti Mengarda
Maria Aparecida Ferreira
Maria Tereza Longo Lenzi
Marilene Kopsch Stolf
Roger Daniel Peyerl Drews
Tatiana Klug
Thais Stoeberl

Diretrizes para Gestão de Pessoas

Maria Carolina Berri Salvador
Nucia Alessandra Patricio
Rubia Graziela Tomasoni
Sabrina Muraro Zickuhr
Sandra Helena Dallabona

Diretrizes Capacitação e Treinamento - Comunicação e Informação - Finanças

Edesio Marcos Slomp
Marcia Witthoeft Mellies
Rubia Manuele Campregher

PREFEITO MUNICIPAL

Jorge Augusto Kruger

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Alfredo João Berri

SECRETÁRIA DE MUNICIPAL EDUCAÇÃO

Marcia Witthoeft Mellies

Plano de contingência aplicável a

CENTRO DE EDUCAÇÃO CANTINHO FELIZ LTDA
CENTRO EDUCACIONAL TIMBÓ EIRELI
Estabelecimento

Equipe responsável pela elaboração e implementação do plano:

Joseane Sandra Benaci Bertoldi
Diretor(a)

Equipe responsável pela elaboração e implementação do plano:

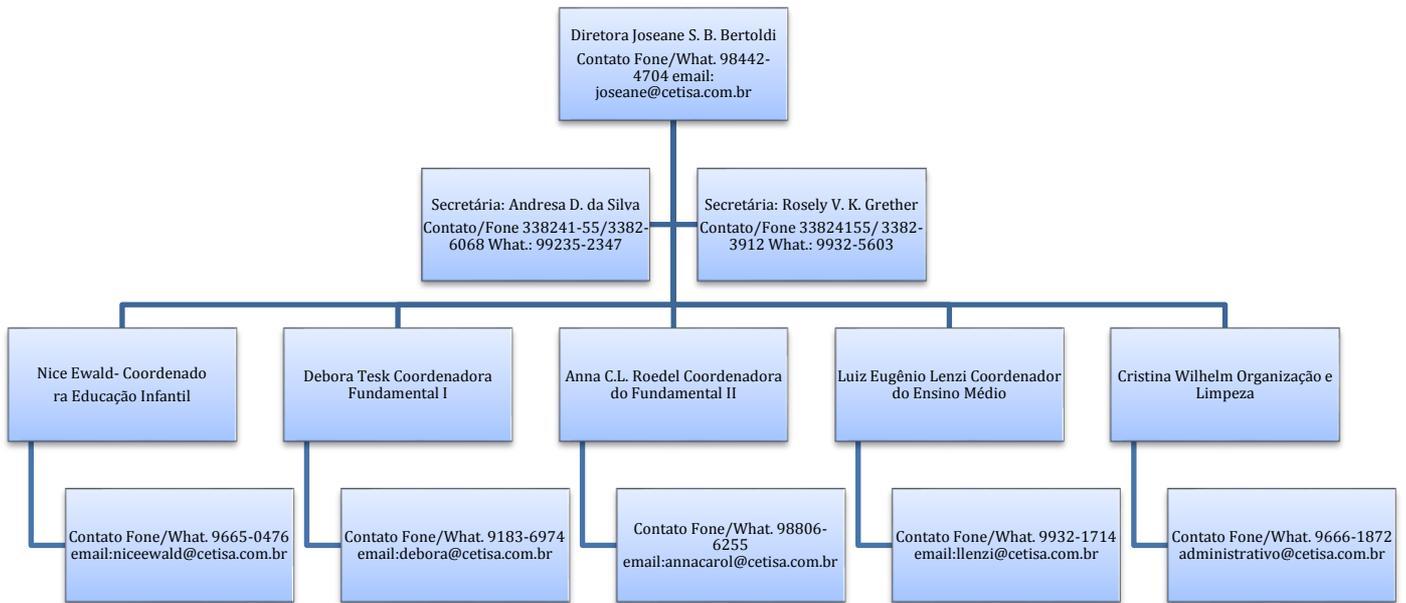


PREFEITO MUNICIPAL
Jorge Augusto Kruger

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
Alfredo João Berri

SECRETÁRIA DE MUNICIPAL EDUCAÇÃO
Marcia Witthoef Mellies

Membros da equipe CETISA:



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 7 |
| 2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA | 10 |
| 3. ATORES/POPULAÇÃO ALVO | 11 |
| 4. OBJETIVOS | 13 |
| 4.1 OBJETIVO GERAL | 13 |
| 4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 13 |
| 5. CENÁRIOS DE RISCO | 14 |
| 5.1 AMEAÇA (S) | 14 |
| 5.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO | 15 |
| 5.3 VULNERABILIDADES | 34 |
| 5.4 CAPACIDADES INSTALADAS/ A INSTALAR | 35 |
| 6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO | 37 |
| 7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA | 38 |
| 8. DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS (DAOP) | 39 |
| 8.1 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS (TREINAMENTO, DIVULGAÇÃO, FUNCIONÁRIOS, PAIS E ALUNOS) | 39 |
| 8.2 MEDIDAS DE HIGIENE PESSOAL | 41 |
| 8.3 MEDIDAS PARA A READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS PARA CIRCULAÇÃO SOCIAL | 43 |
| 8.4 MEDIDAS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL | 44 |
| 8.5 MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO E SANITIZAÇÃO DE AMBIENTES | 45 |
| 8.6 MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO DE MATERIAIS E INSTRUMENTOS DIDÁTICOS E PESSOAIS | 46 |
| 8.7 MEDIDAS PARA A DISTRIBUIÇÃO E MANIPULAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR | 47 |
| 8.8 ORIEN. SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA A INFECÇÃO DA COVID -19 | 47 |
| 8.9 MEDIDAS PARA IDENT. E CONDUÇÃO DE CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS PARA COVID-19 | 49 |
| 8.10 MEDIDAS ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE RELACIONADAS AO ENSINO FUND. E MÉDIO | 51 |
| 8.11 MEDIDAS ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE RELACIONADAS AO PÚBLICO INFANTIL | 52 |
| 8.12 DAOP TRANSPORTE ESCOLAR | 54 |
| 8.13 MEDIDAS AOS PAIS/RESPONSÁVEIS DE ALUNOS/ESTUDANTES | 55 |
| 9. DAOP MEDIDAS PEDAGÓGICAS | 56 |
| 10. DAOP GESTÃO DE PESSOAS | 61 |
| 11. DAOP CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO | 62 |
| 12. DAOP COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO | 64 |
| 13. UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL (SISTEMA DE COMANDO OPERACIONAL) | 67 |
| 14. SISTEMA DE VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA E ALARME) | 68 |
| 15= ANEXOS | 70 |

1. INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa emergente, causada por um vírus da família dos coronavírus — o SARS-CoV-2 (de forma simplificada, como instituiu a OMS, 2019-nCoV) identificado pela primeira vez em Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

Em 30 de janeiro, o Comitê de Emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional. Em 11 de março, levando em consideração a amplitude de sua propagação mundial, veio a ser classificada como pandemia. Segundo a OMS, para configurar uma pandemia são necessárias três condições:

- a. ser uma nova doença que afeta a população;
- b. o agente causador ser do tipo biológico transmissível aos seres humanos e causador de uma doença grave; e
- c. ter contágio fácil, rápido e sustentável entre os humanos.

A ocorrência da COVID-19, bem como as providências a serem aplicadas, se integram na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, definida pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Efetivamente estamos em estado de calamidade pública decretada em decorrência de um desastre de natureza biológica, que se insere na rubrica “doenças infecciosas virais” (conforme o COBRADE nº 1.5.1.1.0). No Brasil, o Congresso Nacional reconheceu, para fins específicos, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos olicitação do Presidente da República.

Em Santa Catarina, o acionamento do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CIGERD ocorreu no dia 14 de março, quando foi deflagrada a “Operação COVID-19 SC”. No dia 17 de março, o governo do Estado decretou emergência, através do Decreto nº 515, por conta da pandemia de coronavírus. O Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, suspendendo as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, até 31 de maio. Este Decreto foi alterado por outro de número 587, de 30 de abril, que suspendeu as aulas nas unidades das redes de ensino pública e privada por tempo indeterminado. O Decreto nº 630, de 1º de junho, suspendeu até 2 de agosto de 2020 as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Em 16 de junho, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 544 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19. E, em 18 de junho, a Portaria nº 1.565 que estabeleceu orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população



brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.

O impacto potencial da COVID-19 é elevado devido a, entre outros aspectos:

- a. a propagação do vírus ser fácil e rápida;
- b. a transmissão ocorrer enquanto o paciente está assintomático ou tem sintomas leves (5 até 14 dias);
- c. a doença ter consequências agravadas, para além de idosos, em certos grupos populacionais com grande expressão no Brasil, como diabéticos, hipertensos e com problemas cardíacos;
- d. a possibilidade de gerar sobrecarga nos sistemas e serviços de saúde e assistência social (podendo gerar sua ruptura), na fase exponencial da contaminação;
- e. a taxa de mortalidade pode atingir, em certos contextos, números preocupantes.

Considerando que a transmissão do agente infeccioso se faz por contágio interpessoal, é fundamental promover a preparação das instituições, organizações e serviços para uma resposta efetiva e oportuna, que ajude a diminuir a amplitude e ritmo da infecção e a mitigar seus impactos, especialmente, o número de vítimas mortais. A estratégia a seguir deve estar alinhada com as indicações do Ministério da Saúde (MS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) e outras indicações de órgãos de governos federal, estadual e municipal. As atividades a desenvolver devem ser sempre proporcionais ao nível de risco definido pelas instituições responsáveis.

As experiências já reconhecidas nos casos mais bem-sucedidos de controle provam que a preparação para uma epidemia começa (ou deve começar) antes dela ocorrer. Se tal não ocorreu (ou só ocorreu parcialmente), mais importante se torna que a prevenção se inicie logo aos primeiros sinais de casos provenientes de outros países (ou regiões), com reforço na fase de transmissão local e, obviamente, maior destaque na fase de transmissão comunitária ou sustentada. Entre as medidas adotadas desde cedo pelos países melhor sucedidos no controle à COVID-19, constam-se a realização massiva de testes com isolamento de casos detectados e quebra de cadeias de transmissão, medidas de reforço da higiene individual e comunitária, comunicação eficaz e adequada e conscientização efetiva, mas dando devido realce a riscos e consequências em caso de negligência de medidas de distanciamento social (de vários graus e ordem), obrigatórias ou voluntárias, com proibição de aglomerações.

Um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previstos na Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE, é o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON-PDC). Nele se define(m) e caracteriza(m) o(s) cenário(s) de risco, se explicitam os níveis de risco/prontidão considerados e se estabelecem as dinâmicas e ações operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco(s) alude(m), incluindo questões de comunicação, protocolos operacionais, recursos humanos a mobilizar, recursos/materiais a utilizar e sistema de coordenação operacional, através da previsão e acionamento de um Sistema de Comando de Operação (SCO) para gestão de crise. Os planos de contingência deverão em princípio



ser elaborados em fase de normalidade ou, quando muito, prevenção, ou seja, antes da ocorrência do evento extremo. Na presente situação estão sendo elaborados em plena etapa de mitigação, já na fase de resposta.

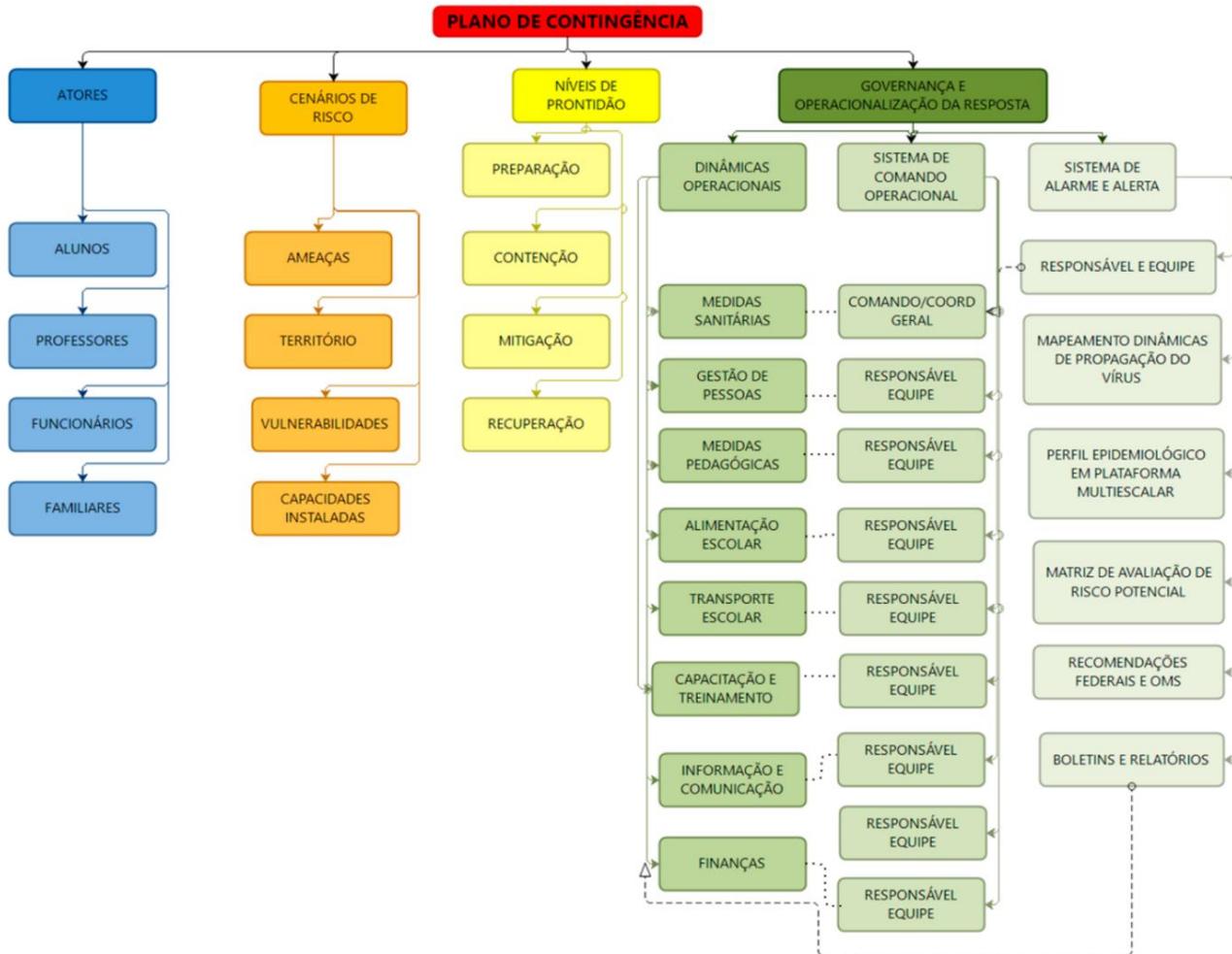
O/A CETISA (Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda e Centro Educacional Timbó Eireli), face à atual ameaça relacionada com a COVID-19, e tendo em conta a sua responsabilidade perante à comunidade escolar/acadêmica (alunos, professores, funcionários e familiares destes), elaborou o presente PLANO DE CONTINGÊNCIA (PLANCON-EDU/COVID-19). O Plano está alinhado com as metodologias para elaboração de Planos de Contingência da Defesa Civil de Santa Catarina e as orientações nacionais e internacionais (nomeadamente, Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde, bem como Secretarias de Estado de Saúde e de Educação).

O Plano de Contingência Escolar para a COVID-19, a partir de cenários de risco identificados, define estratégias, ações e rotinas de resposta para o enfrentamento da epidemia da nova (COVID-19), incluindo eventual retorno das atividades presenciais, administrativas e escolares. O conjunto de medidas e ações ora apresentado deverá ser aplicado de modo articulado, em cada fase da evolução da epidemia da COVID-19.



2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA

A estrutura do PLACON-EDU do(a) CETISA (Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda e Centro Educacional Timbó Eireli), obedece ao modelo conceitual ilustrado na Figura 1.



3. ATORES/POPULAÇÃO ALVO

Público alvo: alunos, professores, funcionários e familiares destes do(a) CETISA (Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda e Centro Educacional Timbó Eireli),

Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda : Atende 210 crianças durante o dia, 21 professores e 13 funcionários, divididos nos períodos:

MATUTINO: Prédio 2

Integral 1- 12 crianças que fazem parte da Educação infantil e 2 professoras;

Integral 2- 10 crianças que fazem parte do fundamental 1 e 1 professora;

6.º ano- 18 alunos e 9 professores com horários diferenciados;

7.º ano- 14 alunos e 9 professores com horários diferenciados.

VESPERTINO: Prédio 1

Maternal 1- 5 alunos, 2 professoras e 2 professores com horários diferenciados;

Maternal 2- 4 alunos e 1 professoras e 2 professores com horários diferenciados;

Jardim 1- 22 alunos e 2 professoras e 3 professores com horários diferenciados;

Jardim 2- 23 alunos e 2 professoras e 3 professores com horários diferenciados.

VESPERTINO: Prédio 2

1.º ano- 25 alunos e 5 professores com horários diferenciados;

2.º ano- 27 alunos e 5 professores com horários diferenciados;

3.º ano- 21 alunos e 5 professores com horários diferenciados;

4.º ano- 18 alunos e 5 professores com horários diferenciados;

5.º ano- 11 alunos e 5 professores com horários diferenciados.

Centro Educacional Timbó Eireli : Atende 122 crianças durante o dia, 15 professores e 4 funcionários:



MATUTINO:

8.º ano- 11 alunos e 9 professores com horários diferenciados;

9.º ano- 13 alunos e 9 professores com horários diferenciados;

1.ª série do Médio- 32 alunos e 15 professores com horários diferenciados;

2.ª série do Médio- 41 alunos e 15 professores com horários diferenciados;

3.ª série do Médio- 25 alunos e 15 professores com horários diferenciados.

VESPERTINO: (ATENDIMENTO PEDAGÓGICO)

Cerca de 40 alunos (do Ensino Médio) em 3 salas com 5 professores.



4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Fortalecer os processos de governança da escola, definindo estratégias, ações e rotinas de atuação para o enfrentamento da epidemia enquanto persistirem as recomendações nacionais, estaduais e/ou regionais de prevenção ao contágio da COVID-19, buscando assegurar a continuidade da sua missão educacional pautada pela proteção e segurança da comunidade escolar/acadêmica.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Identificar os cenários de riscos (com base nas ameaças, território envolvido, vulnerabilidades e capacidades instaladas do estabelecimento de ensino);
- b. Definir as dinâmicas e ações operacionais e adotar os protocolos operacionais específicos, abrangendo todas as atividades do estabelecimento e todos os membros da comunidade escolar e cumprindo todas as recomendações oficiais;
- c. Estabelecer uma Unidade de Gestão Operacional que assegure a implementação das dinâmicas e ações definidas para diferentes fases, em especial, na retomada de atividades presenciais;
- d. Promover acesso à informação constante de boletins atualizados e outros materiais de fontes oficiais sobre a pandemia, formas de contágio e formas de prevenção;
- e. Garantir uma eficiente comunicação interna (com alunos, professores e funcionários) e externa (com pais e/ou outros familiares dos alunos, fornecedores e população em geral);
- f. Determinar quais os recursos necessários para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada à COVID-19;
- g. Implementar as ações de resposta, mitigação e recuperação, em cada fase, abrangendo toda a atividade do estabelecimento;
- h. Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados;
- i. Identificar eventuais casos suspeitos de COVID-19, orientando/encaminhando para que de imediato possam usufruir de apoio da escola e por parte dos serviços de saúde, evitando ou restringindo situações de contágio;
- j. Assegurar a continuidade da missão educativa, estabelecendo estratégias e metodologias pedagógicas adaptadas, buscando qualidade e equidade no atendimento escolar;
- k. Garantir condições sanitárias, profissionais, tecnológicas e apoio psicológico compatíveis com o momento da pandemia e pós-pandemia, garantindo a segurança da comunidade escolar nos aspectos sanitários, de higiene, saúde física e mental/emocional.

5. CENÁRIOS DE RISCO

Este plano de contingência está elaborado para cenários de risco específicos, que consideramos se aplicar ao nosso estabelecimento educativo. Em tais cenários são considerados o território de alcance da ameaça (COVID-19) com que se tem que lidar, bem como as vulnerabilidades e capacidades instaladas/a instalar.

5.1 AMEAÇA (S)

A principal ameaça a que o plano de contingência visa dar resposta é uma ameaça biológica, uma pandemia, mais exatamente, a transmissão do vírus 2019-nCoV, que tem impacto direto no sistema cardiorrespiratório¹, desencadeando no organismo humano a COVID-19.

A transmissão ocorre através:

- a. de gotículas ou micro gotículas de saliva e secreção nasal etc., projetadas por uma pessoa infectada e que atingem diretamente a boca, nariz e/ou olhos de outra pessoa. Essas gotículas podem atingir a boca, olhos ou nariz de pessoas próximas ou por contato:
- b. de contato físico com pessoa contaminada, como, por exemplo, ao apertar a mão de uma pessoa contaminada e em seguida levar essa mão à boca, ao nariz ou aos olhos.
- c. de objetos ou superfícies contaminadas e posterior contato com a boca, nariz ou olhos. Não podendo ser descartada a possibilidade de transmissão pelo ar em locais públicos – especialmente locais cheios, fechados e mal ventilados.

Depois do vírus atingir as mucosas, a maioria das pessoas desenvolve a doença com sintomas amenos. Há, contudo, pessoas que desenvolvem quadros de grande gravidade que, em certos casos, causam a morte do paciente. A probabilidade de complicações graves é mais comum em pessoas de grupos etários mais idosos e/ou na presença de outras doenças crônicas. Contudo, começam a aparecer mais casos em outras faixas de idade e em pessoas sem comorbidades aparentes.

Por outro lado, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a OMS, calcula-se que a taxa de mortalidade associada à COVID-19 seja substancialmente maior que a da gripe sazonal (0,02% para 3,6% ou mais). A taxa de transmissão é elevada (cerca de 3, ou seja, 1 pessoa contamina, em média, 3 pessoas). Sem estratégias de distanciamento físico, deixando o vírus se transmitir livremente, a taxa de contaminação

¹ Segundo dados da OMS, com base em análise possível de 56.000 pacientes, 80% têm ausência de sintomas ou sintomas leves (febre, tosse, alguma dificuldade em respirar, etc.), 14% sintomas mais severos (sérias dificuldades em respirar, grande falta de ar e pneumonias) e 6% doença grave (insuficiência pulmonar, choque séptico, falência de órgãos e risco de morte).

pode atingir, eventualmente, até 50 a 70%, o que teria por consequência a falência total de sistemas de saúde e funerários, pois teríamos milhões de mortos e um cenário extremamente crítico.

Cabe ainda ressaltar que a falência dos sistemas de saúde e funerário não depende somente da taxa de contaminação, mas sobretudo da capacidade de atendimento dos casos graves da doença que podem atingir o nível de saturação mesmo em contexto de taxas menores de contágio. Não existe ainda nenhuma vacina disponível e provavelmente não estarão disponíveis ainda em 2020. Também não existem tratamentos medicamentosos específicos suficientemente testados, embora alguns medicamentos - tradicionalmente utilizados no tratamento de outras doenças - tenham sido utilizados com aparente sucesso, que não se sabe advir de qual ou de sua combinação com outros, e alguns novos medicamentos começam a ser testados.

Assim, a esta ameaça principal do vírus em si e da doença - por vezes mortais - que ele desencadeia, juntam-se, no mínimo, mais duas:

- a. a ameaça de uma profunda crise econômica e financeira;
- b. a ocorrência de contextos de perturbações emocionais pessoais e desequilíbrios sociais variados.

Nos dois últimos casos, o planejamento de estratégias mais adequadas para prevenir e restringir novos contágios, quando da retomada gradual de atividades, pode contribuir significativamente para o controle da doença e dirimir os impactos colaterais, favorecendo um ambiente mais propício à recuperação econômica e dos impactos psicossociais da pandemia.

Em síntese, a ameaça é real e de natureza complexa, uma vez que:

- a. o vírus é novo, com elevada taxa de mutação (sem que saibamos, totalmente, o que isso implica);
- b. seus impactos dependem das medidas de contingenciamento tomadas em tempo;
- c. os efeitos potenciais de curvas de crescimento epidemiológico, súbito e alto, sobre os sistemas de saúde são grandes, o que pode afetar a capacidade de resposta e a resiliência individual e comunitária e, por retroação, aumentar muito o risco;
- d. seu impacto na situação econômica global e de cada país pode gerar uma forte crise;
- e. o inevitável choque entre medidas de distanciamento social e preocupação de dinamização da atividade econômica pode criar conflitos e impasses difíceis de ultrapassar;
- f. aos períodos de distanciamento social mais extensivo têm que suceder-se períodos de maior flexibilização e tentativa de retomar a normalidade que, contudo, podem vir a gerar novas necessidades de distanciamento.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

No caso concreto do(a) CETISA (Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda e Centro Educacional Timbó Eireli) foi julgada como ajustada a descrição de território que segue:



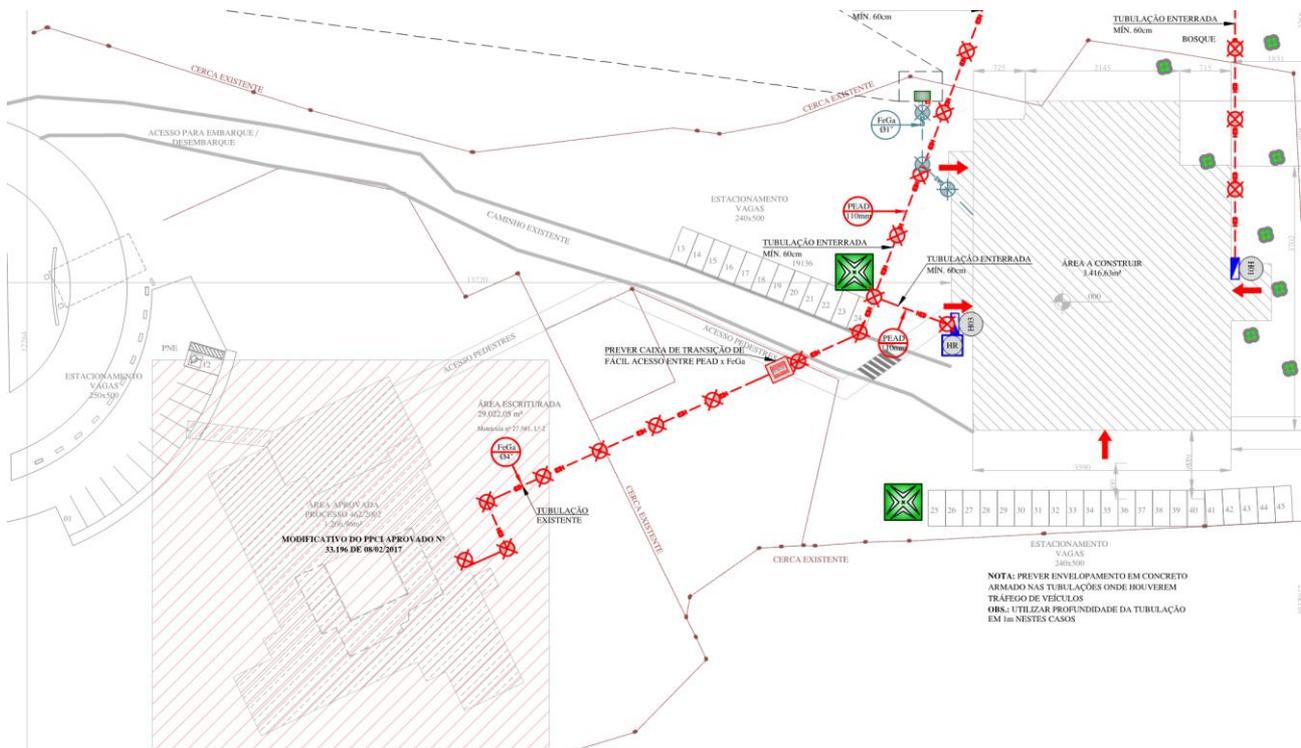
Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda.:

Atende 210 crianças durante o dia, 21 professores e 13 funcionários, divididos nos períodos Matutino e Vespertino e em duas estruturas físicas, denominadas, Prédio 1 e Prédio 2.



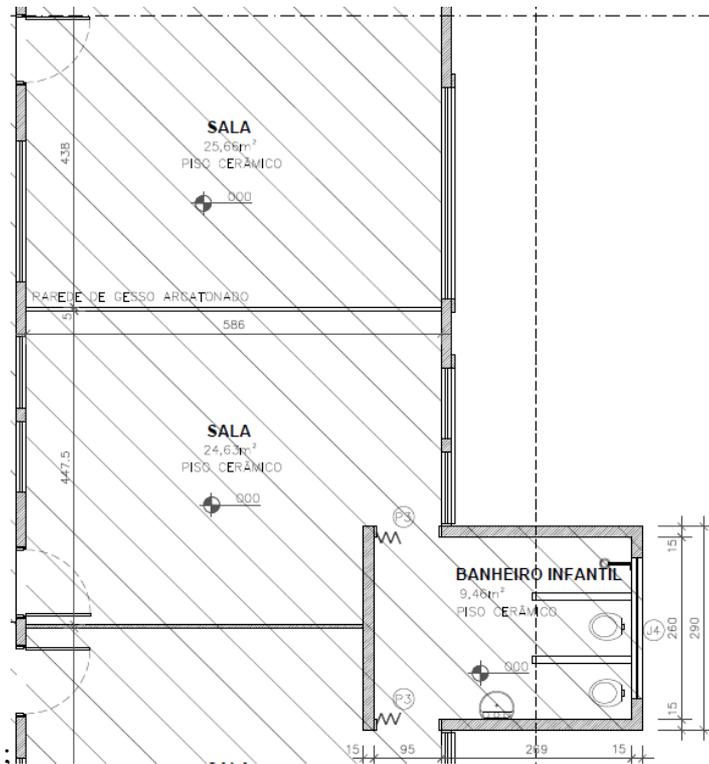
QUADRO RESUMO DE ÁREAS

| | | | | |
|--|------------------------------|-------------------------------|---------|-------------------------|
| ÁREA DO TERRENO ESCRIT.: 29.022,05m ² | | REAL: 29.022,05m ² | | |
| INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 01.08.003.0759 | | | | |
| EXISTENTE APROVADO | PROCESSO 462/2002 – TÉRREO | 1.138,49m ² | | |
| | PROCESSO 462/2002 – SUPERIOR | 128,47m ² | | |
| | PROCESSO 567/2016 – TÉRREO | 27,07m ² | | |
| | TOTAL EXISTENTE | 1.294,03m ² | | |
| ÁREA A CONSTRUIR (ZR1) | TÉRREO | 1.689,54m ² | | |
| | SUPERIOR – GINÁSIO | 1.449,13m ² | | |
| | SUPERIOR – ARQUIBANCADA | 277,96m ² | | |
| | TORRE CAIXA D'ÁGUA | 48,00m ² | | |
| | CENTRAL DE GÁS | 3,00m ² | | |
| | ÁREA CONSTRUIR COMPUTÁVEL | 3.416,63m ² | | |
| | ÁREA TOTAL COMPUTÁVEL | 4.710,66m ² | | |
| | PERMITIDO | | DA OBRA | |
| Nº PAVIMENTOS | 15 | | 2 | |
| TAXA OCUPAÇÃO máx. | 60% | 17.413,23m ² | 9,83% | 2.855,10m ² |
| COEF. APROVEITAMENTO | 3,5 | 101.577,17m ² | 0,16 | 4.710,66m ² |
| TAXA PERMEABILIDADE | 25% | 7.255,51m ² | 90,1% | 26.166,95m ² |



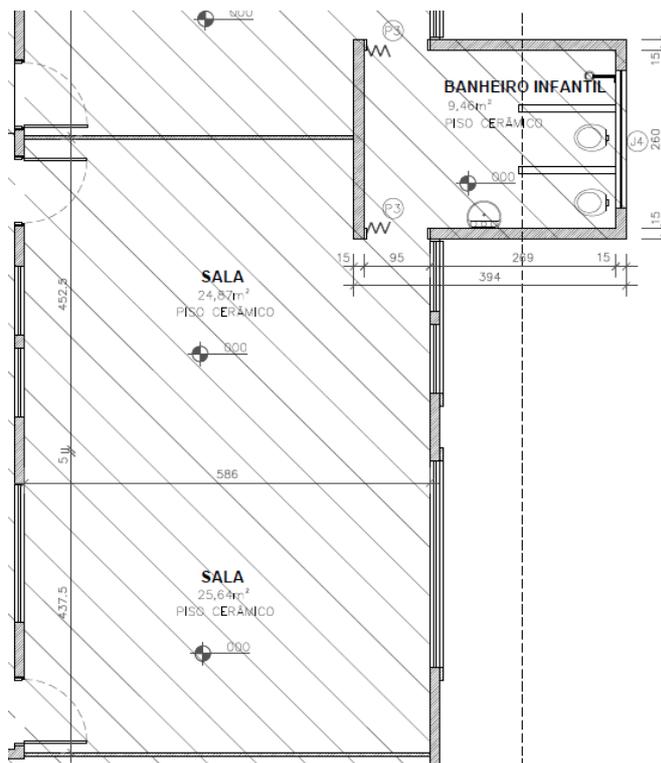
Maternal 1- 5 alunos e 4 professores com horários diferenciados.

Sala com 50,29 m², (parede de gesso acartonado não existe mais) piso térmico, banheiro compartilhado entre Maternal 1 e 2.



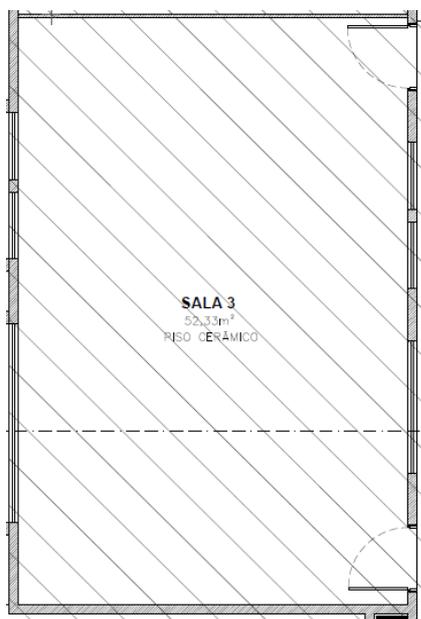
Maternal 2- 4 alunos e 3 professores com horários diferenciados.

Sala com 50,51 m², (divisória entre salas não existe mais) piso térmico, banheiro compartilhado entre Maternal 1 e 2.



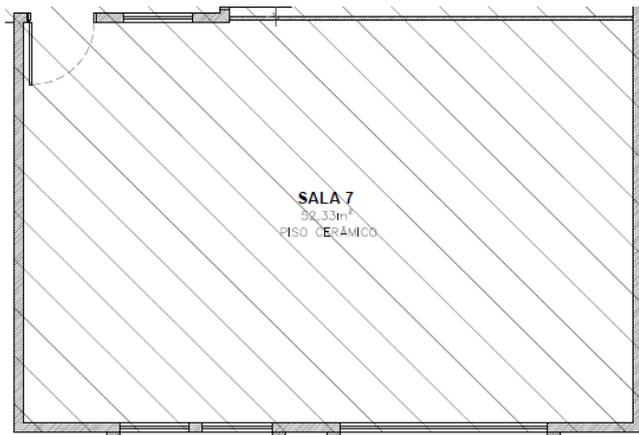
Jardim 1- 11 alunos e 4 professores com horários diferenciados.

Sala com 52,33 m² (divisória não existe mais) , piso térmico.



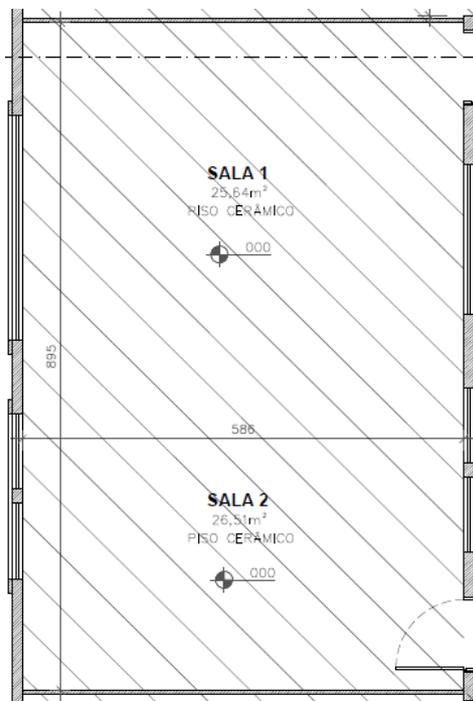
Jardim 1- 11 alunos e 4 professores com horários diferenciados.

Sala com 52,33 m² (divisória não existe mais), piso térmico.



Jardim 2- 12 alunos e 4 professores com horários diferenciados.

Sala com 52,15 m2, piso térmico.



Jardim 2- 12 alunos e 4 professores com horários diferenciados.

Sala com 51,88 m2, (divisória não existe mais) piso cerâmico.



MATUTINO: Prédio 2 - Uso dos integrais, 6.º e 7.º ano



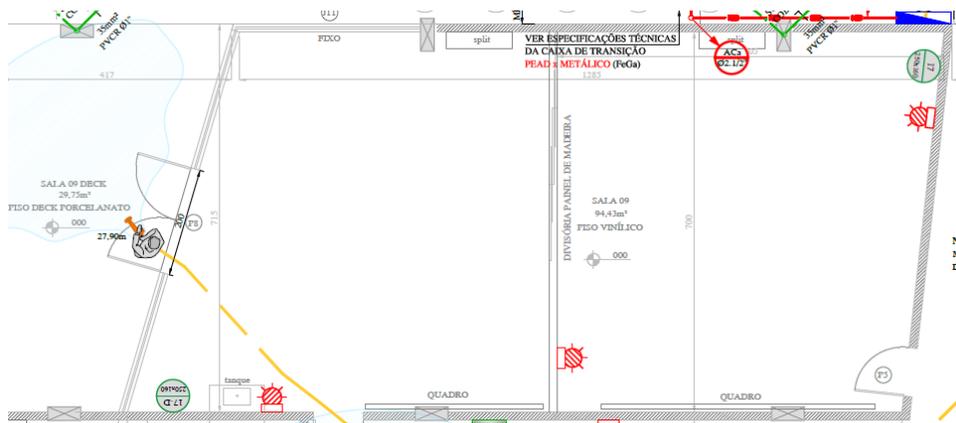
VESPERTINO: Prédio 2- Uso do Fundamental 1 (1.º ao 5.º ano)



MATUTINO:

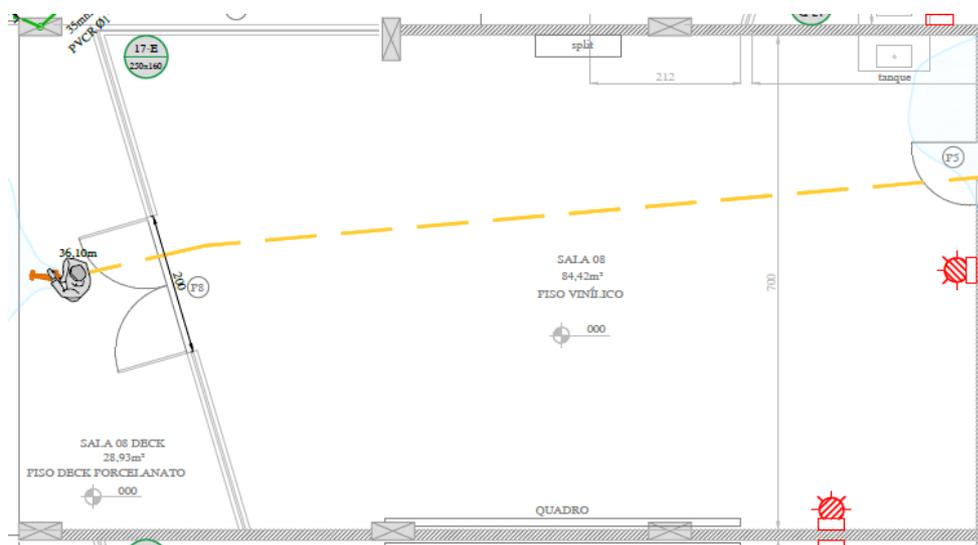
Integral 1- 12 crianças que fazem parte da Educação infantil e 2 professoras;

Sala com 94,43m² (divisória não existe), piso de madeira, com varanda, pia na sala, muito arejada e iluminada.



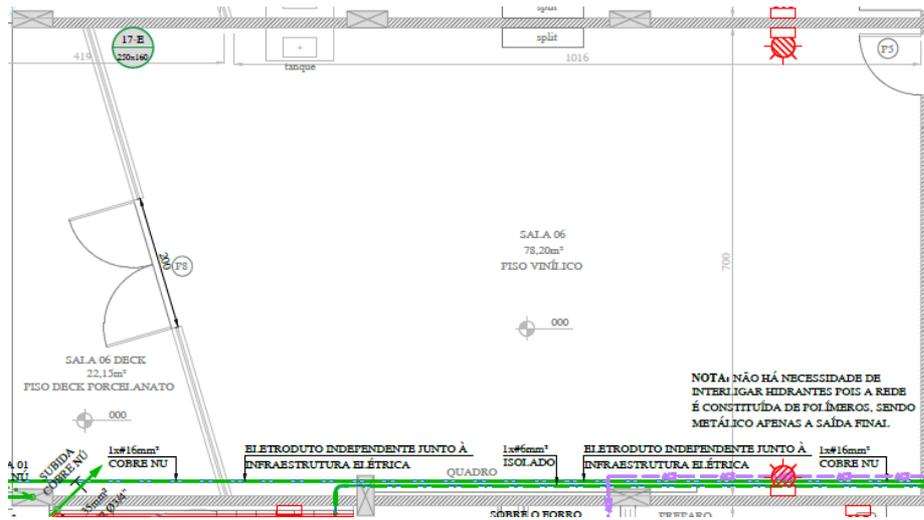
Integral 2- 10 crianças que fazem parte do fundamental 1 e 1 professora;

Sala com 84,42m², piso de madeira, com varanda, pia na sala, muito arejada e iluminada.



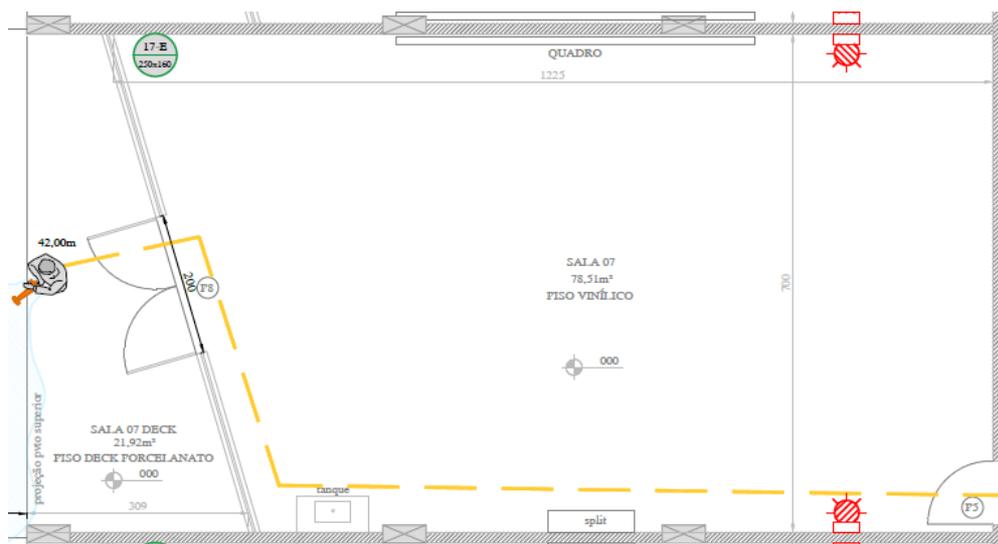
6.º ano- 18 alunos e 9 professores com horários diferenciados.

Sala com 78,20m², piso de madeira, com varanda, pia na sala, muito arejada e iluminada.



7.º ano- 14 alunos e 9 professores com horários diferenciados.

Sala com 78,51m2, piso de madeira, com varanda, pia na sala, muito arejada e iluminada.



VESPERTINO:

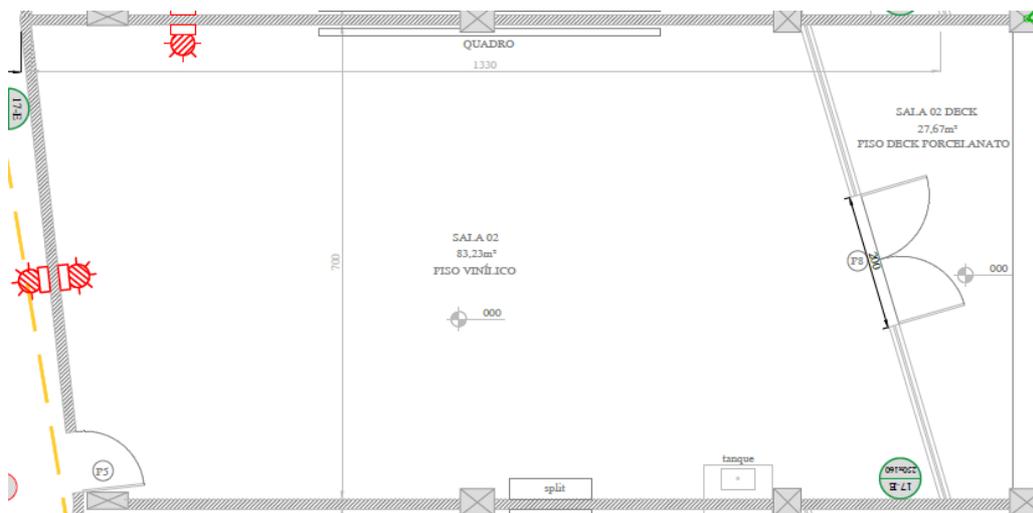
1.º ano- 25 alunos e 5 professores com horários diferenciados.

Sala com 83,23m2, piso de madeira, com varanda, pia na sala, muito arejada e iluminada.



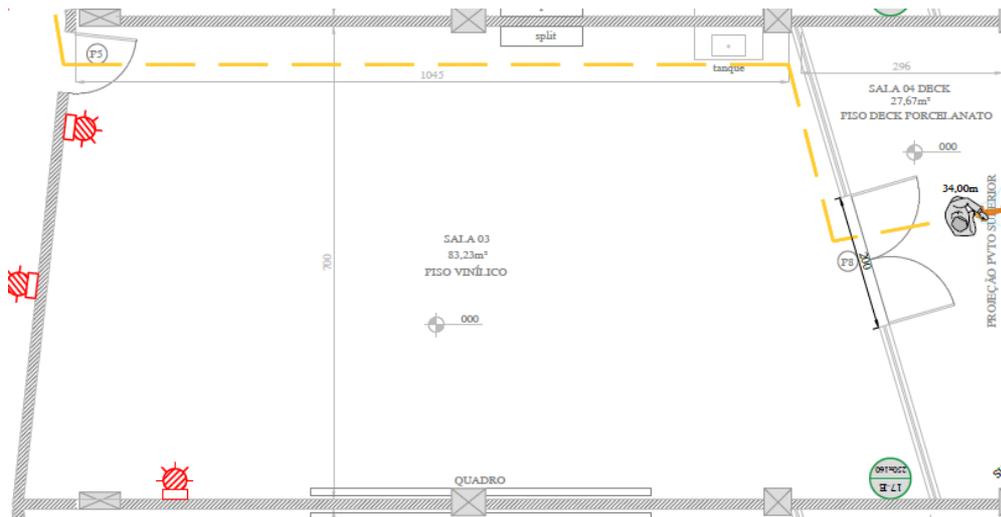
2.º ano- 27 alunos e 5 professores com horários diferenciados.

Sala com 83,23m2, piso de madeira, com varanda, pia na sala, muito arejada e iluminada.



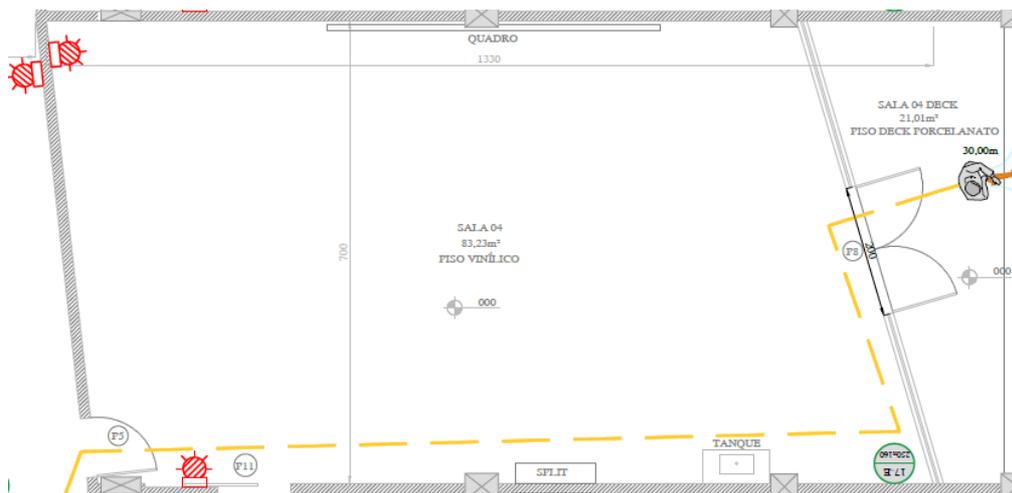
3.º ano- 21 alunos e 5 professores com horários diferenciados.

Sala com 83,23m2, piso de madeira, com varanda, pia na sala, muito arejada e iluminada.



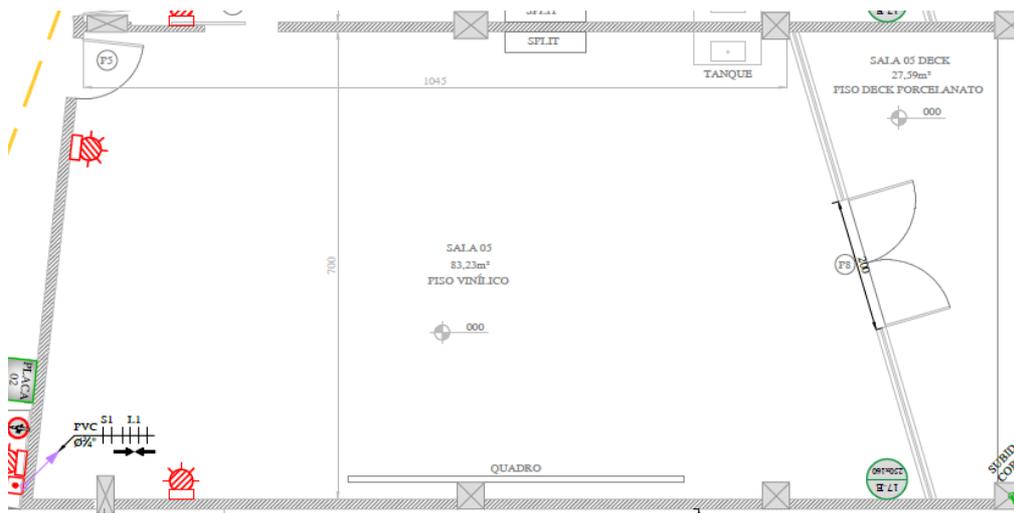
4.º ano- 18 alunos e 5 professores com horários diferenciados.

Sala com 83,23m², piso de madeira, com varanda, pia na sala, muito arejada e iluminada.



5.º ano- 11 alunos e 5 professores com horários diferenciados.

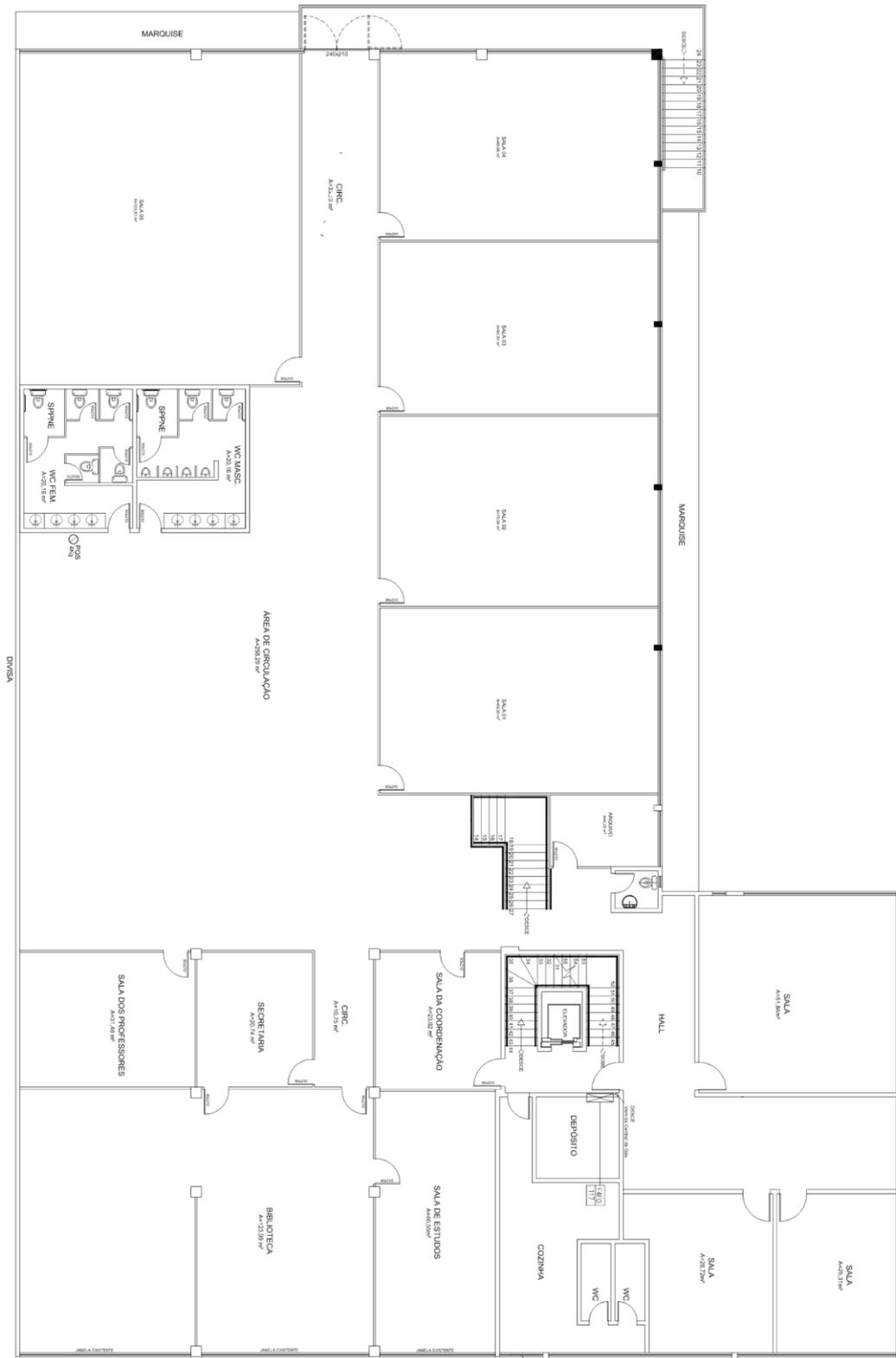
Sala com 83,23m², piso de madeira, com varanda, pia na sala, muito arejada e iluminada.



Centro Educacional Timbó Eireli : Atende 122 crianças durante o dia, 15 professores e 4 funcionários:



PLANTA BAIXA PAVTO 01
 AREA = 1.306,60m²
 Escala: 1:75

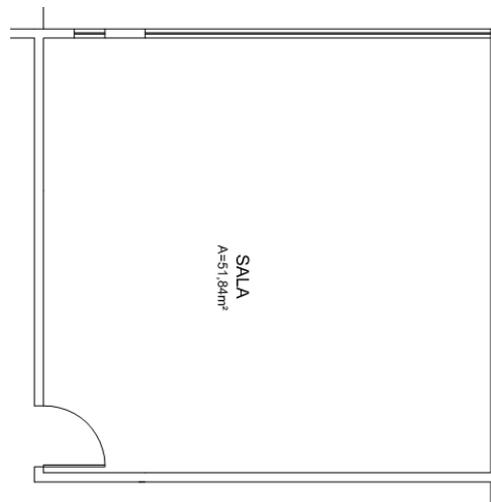


Área= 1.404,00 m²

MATUTINO:

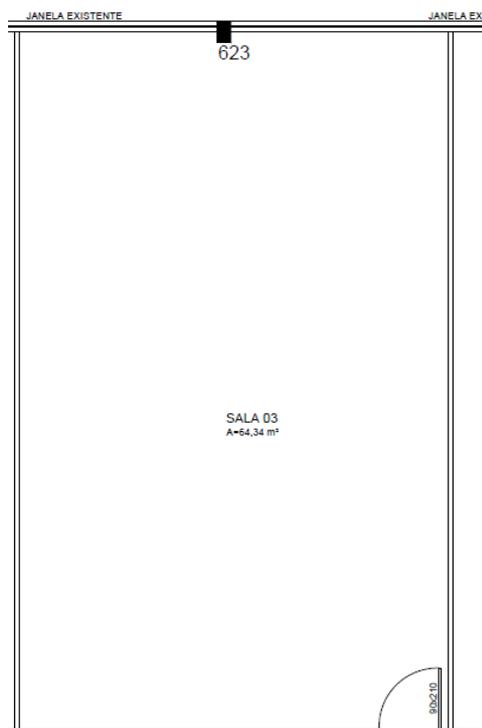
8.º ano- 11 alunos e 9 professores com horários diferenciados.

Sala com 51,84m², piso laminado, arejada e iluminada.



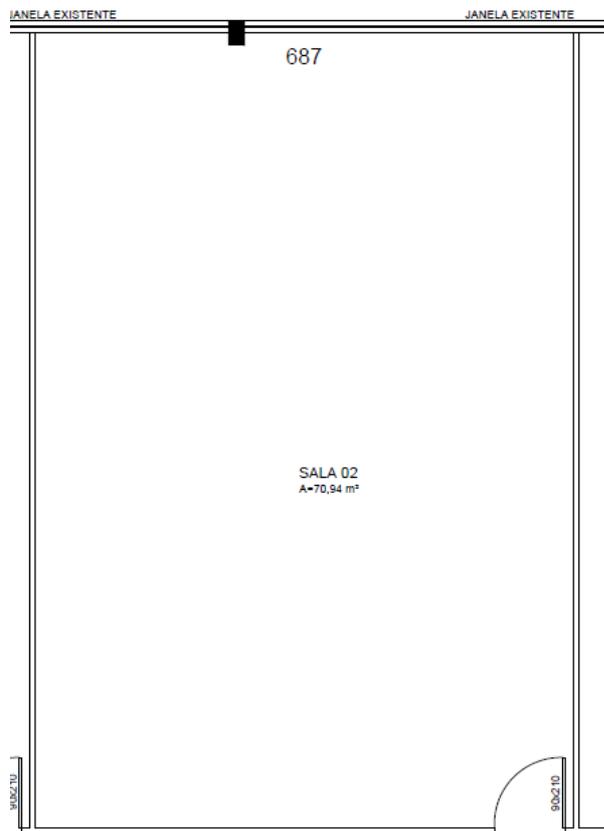
9.º ano- 13 alunos e 9 professores com horários diferenciados.

Sala com 64,24m², arejada e iluminada.

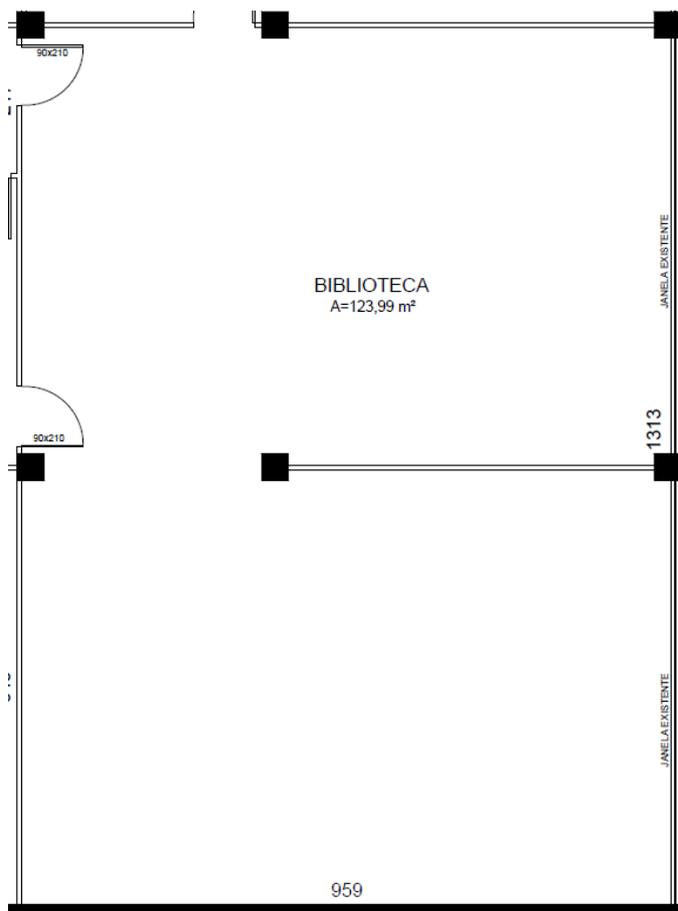


1.ª série do Médio- 32 alunos e 15 professores com horários diferenciados.

Sala com 70,94m², arejada e iluminada.

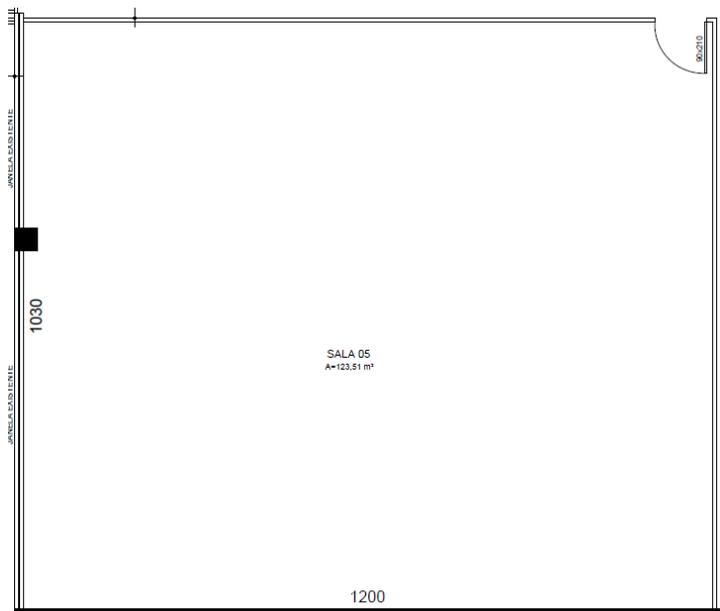


Outra opção para esta turma, 1.ª série do Médio- 32 alunos e 15 professores com horários diferenciados.; seria utilizar a Biblioteca, com 123,99 m², arejada e iluminada, com quadro.



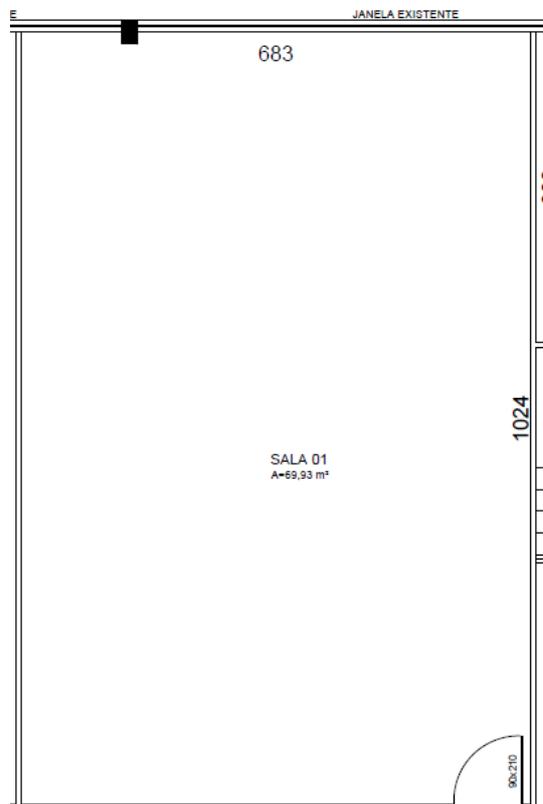
2.^a série do Médio- 41 alunos e 15 professores com horários diferenciados.

Sala com 123,51 m², arejada e iluminada.



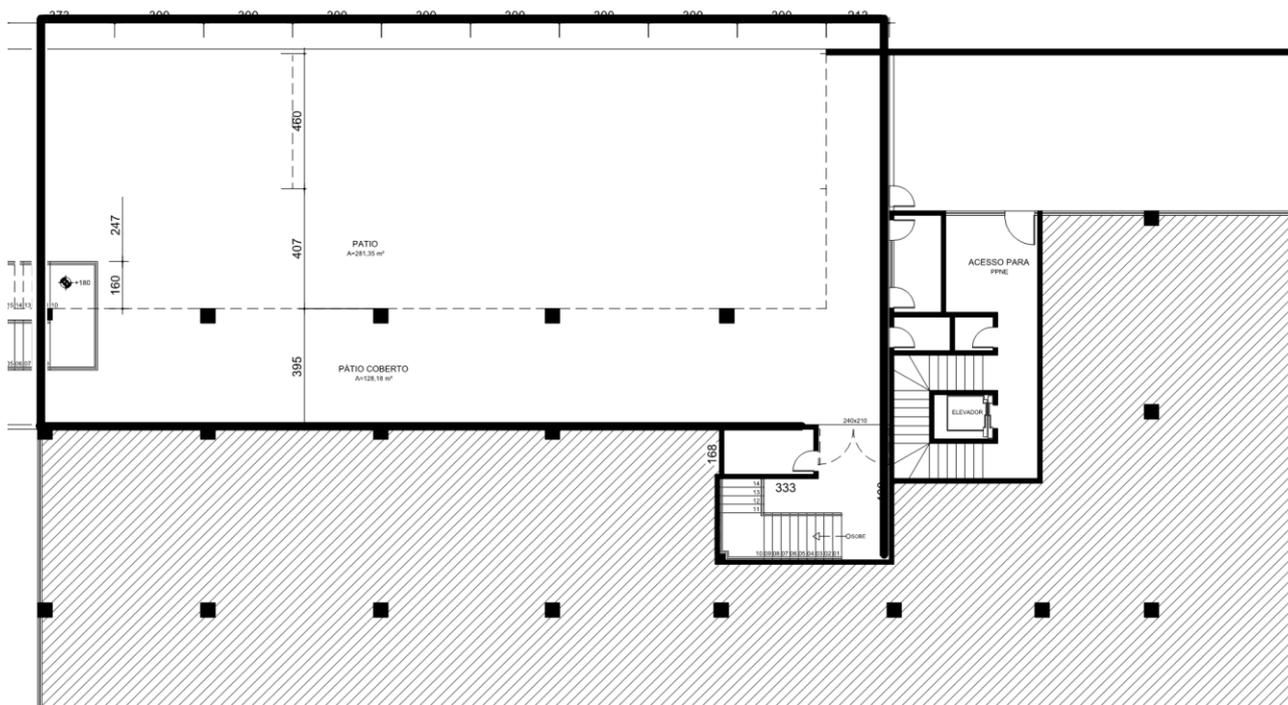
3.^a série do Médio- 25 alunos e 15 professores com horários diferenciados.

Sala com 69,93 m², arejada e iluminada.



VESPERTINO: (ATENDIMENTO PEDAGÓGICO)

Cerca de 40 alunos (do Ensino Médio) em 3 salas com 5 professores.



Pátio coberto 128,18 m2 e Pátio aberto 281,35 m2

5.3 VULNERABILIDADES

O/A CETISA (Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda e Centro Educacional Timbó Eireli) toma em consideração, na definição de seu cenário de risco, as vulnerabilidades gerais e específicas que seguem:

- a. facilitação de condições que permitam a transmissão do vírus, através de contatos diretos (aperto de mão, beijos, atingimento por partículas de pessoa infectada que tosse ou espirra, etc.) ou mediados (toque em superfícies infectadas, etc., seguido de toque com as mãos na boca, nariz e olhos), particularmente, em sociedades com hábitos sociais de maior interatividade física interpessoal;
- b. falta de certos hábitos e cuidados de higiene pessoal e relacional ou negligência no seu cumprimento, nomeadamente os hábitos associados à lavagem regular e adequada das mãos, etiquetas corretas de tossir e espirrar;
- c. insuficiente educação da comunidade escolar para a gestão de riscos e para a promoção da saúde (em especial, contextos epidemiológicos) que, em certos casos, se associa a baixa educação científica e dificuldades de pensamento crítico;
- d. atitudes de negação do vírus, da COVID-19 e/ou de seu impacto, decorrente de fake news e difusão de informação não validada cientificamente;
- e. condições específicas dos estabelecimentos, tais como tipo e dimensões das instalações físicas, condições de arejamento, espaço disponível para suficiente espaçamento das pessoas etc.;
- f. baixa percepção de risco e o descumprimento de regras sociais (por exemplo, distanciamento e isolamento social, uso de máscaras, entre outros);
- g. existência de atores pertencendo a grupos de risco;

- h. atividades essencialmente presenciais e desenvolvidas em grupos;
- i. dependência de meios de transporte coletivos urbanos, eventualmente saturados;
- j. falta de formação dos professores para usar tecnologia na educação;
- k. alunos sem espaço adequado para estudo em casa, falta de equipamentos como computadores e notebooks e problemas na conexão à internet;

5.4 CAPACIDADES INSTALADAS/ A INSTALAR

O(a) CETISA (Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda e Centro Educacional Timbó Eireli) considera já ter instaladas e a instalar as seguintes capacidades:

Capacidades instaladas

Criada a comissão para o Plano de Contingência Escolar.

Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda

A escola localiza-se em um espaço privilegiado, em meio a natureza, com vizinhança afastada, cerca de 10 minutos do hospital OASE- com atendimento ao COVID-19.

Possui duas estruturas físicas (Prédio 1 e Prédio 2) separadas:

Prédio 1. (Construção de 1.200 m2) Atendimento para Educação Infantil, com salas grandes, arejadas e iluminadas, pisos e carteiras de fácil higienização. Com um pátio aberto e um pátio coberto para atividades ao ar livre. Refeitório grande, exclusivo para Educação infantil, e mesas em área coberta com possibilidade para lanche. Área cerca pela natureza e animais.

Prédio 2. (Construção de 3.416 m2) Atendimento para Integral e Fundamenetal, com salas grandes (acima de 80m2), arejadas, iluminadas, pisos e carteiras de fácil higienização, com varanda e pia, para higienização das mãos.. Com um pátio aberto e um pátio coberto para atividades ao ar livre. Possui ginásio com muita



iluminação e ventilação. Refeitório grande, mesas com superfície em vidro, fácil higienização. Área cercada pela natureza e muito espaço ao ar livre.

Centro Educacional Timbó Eireli (Construção de 1.404,00m²+ Pátio coberto 128,18m² e Pátio aberto 281,35m²) Atendimento para 8.º e 9.º ano do Fundamental e Ensino Médio, com salas grandes, todas com janelas e entrada de sol. Grande Pátio interno, de fácil higienização. Temos três salas de aula que não estão em uso, devido ao número de alunos reduzido.

Capacidades a instalar

- a. Criar a sala de isolamento, que será implantada em cada unidade, para isolamento de pessoas que no meio do expediente/aula possam vir a ter algum tipo de sintoma. O aluno será acompanhado pelo Monitor de Área de Isolamento até que um responsável venha buscá-lo.
- b. Estabelecer fluxos de encaminhamento de pessoas com sintomas à rede de atenção pública ou privada:
 - Se for um profissional deverá afastá-lo imediatamente das suas atividades até elucidação do diagnóstico.
 - Localizar o responsável e comunicar.
 - Comunicar a Vigilância Sanitária ou Epidemiologia.
 - Realizar controle através de planilha de acompanhamento dos dados e suspeitas.
- c. Estabelecer protocolos internos de testagem e rastreamento e afastamento de contatos de casos confirmados;
 - Desinfecção do ambiente escolar.
 - Monitorar as pessoas que tiveram contato
 - Avisar a comunidade escolar para que fiquem atentos a qualquer sintoma.
- d. Identificar possíveis grupos de risco dentro da comunidade escolar - Alunos através de formulário a ser preenchido pelos responsáveis e dos Profissionais através da auto declaração, com posterior comprovação por documento médico.
- e. Número de funcionários para auxiliar na fiscalização das normas de convivência exigidas:
 - Funcionário para sala de monitoramento, respeitando às medidas de distanciamento e utilização de EPI.
 - Funcionários para aferir temperaturas na entrada e saída da escola.
 - Funcionários para realizar a higienização dos refeitórios, após cada refeição, área em comum e outros espaços escolares.
- f. Formação com toda a comunidade escolar na área dos hábitos e cuidados de higiene pessoal e relacional.
- g. Formação na área da gestão de riscos e para a promoção da saúde.
- h. Capacitar os trabalhadores, disponibilizar e exigir o uso dos EPIs apropriados, diante do risco de infecção pelo COVID-19, para a realização das atividades, dentre eles máscaras e luvas;
- i. Disponibilizar e exigir que todos os trabalhadores (trabalhadores, prestadores de serviço, entre outros) utilizem máscaras durante todo o período de permanência no estabelecimento, sendo estas substituídas conforme

recomendação de uso, sem prejuízo da utilização de outros Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários ao desenvolvimento das atividades;

- j. Adequar a unidade escolar as normas pré estabelecidas no Manual de Boas Práticas de Manipulação e os Procedimentos Operacionais Padronizados.
- k. Definir o espelho para cada sala de aula, de forma que cada aluno utilize todos os dias a mesma mesa e a mesma cadeira.
- l. Reenquadrar, dentro do possível, as grades de horários de cada turma, de forma a condensar em menores quantidades de dias possíveis as aulas do mesmo professor, de forma que cada professor mude o mínimo possível de sala.
- m. Alternar horários para áreas de uso comum, como refeitórios, pátios e quadras.
- n. Providenciar a atualização dos contatos de emergência dos alunos (também dos responsáveis quando aplicável), e dos trabalhadores, antes do retorno das aulas, assim como mantê-los permanentemente atualizados.
- o. Mapeamento do grupo de alunos que dependem do transporte escolar, realizado pela escola em conjunto com o departamento de transporte escolar.
- p. Confecção de cartazes informativos, conforme as diretrizes norteadoras.
- q. Demarcar o piso dos espaços físicos, de forma a facilitar o cumprimento das medidas de distanciamento social, especialmente nas salas de aula, nas bibliotecas, nos refeitórios e em outros ambientes coletivos.

6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO

Este plano de contingência vincula-se aos níveis de prontidão/ação definidos no Quadro 1, que estão baseados em indicações da OMS e correspondem à terminologia que vem sendo utilizada pelo Ministério da Saúde em suas análises. Tal terminologia parece-nos a mais adequada tanto à natureza da pandemia, como para os estabelecimentos a que se destina: Preparação; Resposta (subdividida em Contenção e Mitigação); e Recuperação. ‘

QUADRO 1. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO A CONSIDERAR NO PLACON-EDU PARA A COVID-19.



| FASES | SUBFASES | CARACTERÍSTICAS | PLANCON MUNICIPAL |
|-------------|---|---|--|
| PREPARAÇÃO | | Não existe epidemia ou existe em outros países de forma ainda não ameaçadora. | |
| RESPOSTA | Contenção (por vezes, subdividida em simples no início e alargada quando já há casos no país/estado) | Pode ir desde quando há transmissão internacional em outros países ou casos importados em outros estados (contenção inicial) até à situação da existência de cadeias secundárias de transmissão em outros estados e/ou casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária (contenção alargada). Inclui medidas como o rastreamento (por meio de testes), isolamentos específicos (para evitar o contágio da população a partir de casos importados) e vigilância de entradas saídas e deslocamentos de pessoas, buscando erradicar o vírus. O limite da contenção é quando as autoridades perdem o controle do rastreamento, o vírus se propaga o vírus e entra em transmissão local. Considera-se na fase de Contenção duas subfases Contenção Inicial e Contenção Alargada. | Alerta (quando somente há ocorrências em outros estados) e Perigo Iminente (quando há casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária) |
| | Mitigação (podendo, se houver medidas muito firmes como testagem generalizada, isolamento de casos e impedimento de entradas chegar até à Supressão) | A mitigação deve começar logo quando há transmissão local e intensificar-se quando há transmissão sustentada ou comunitária. Sabendo-se que não será possível evitar todos os contágios, tenta-se diminuir o avanço da pandemia, com ações como suspensão de aulas, fechamento de comércio, bares e restaurantes, cancelamento de eventos esportivos, congressos, shows e espetáculos, suspensão ou limitação de transportes etc. Quando a situação de contágio está sob maior controle e caminha para uma fase de recuperação estas medidas restritivas podem ser flexibilizadas. | Emergência de Saúde Pública |
| RECUPERAÇÃO | | Caracteriza-se inicialmente pela redução do contágio e óbitos e controle parcial da epidemia, sustentada em indicadores oficiais de evolução de taxas de contágio e de ocupação de atendimento hospitalar. Posteriormente, pela superação do surto epidêmico e/ou surgimento de vacina e/ou descoberta de medicamentos adequados para o tratamento da COVID-19, comprovados cientificamente pelas autoridades competentes podendo considerar-se consolidada (recuperação plena). Até que isso aconteça, deve-se manter medidas preventivas adequadas para evitar o surgimento de novos focos de infecção e reversão do achatamento da curva de contágio. Na ocorrência de reversão da redução do contágio as medidas adequadas de prevenção e controle deverão ser retomadas, em parte similares às previstas para a fase de Contenção. | |

Fonte: Adaptado de um modelo geral de fases considerado pela OMS e, como base nos quais, muitos países elaboraram seus planos de contingência.

7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA

A gestão de uma situação de crise, tão grave como a que nos confrontamos e temos que lidar, exige um ajuste na governança, ou seja, nos processos de governar neste tempo de crise. Referimo-nos, em especial, à interação e tomada de decisão entre os atores envolvidos neste problema coletivo, acompanhada da criação, reforço e/ou remodelação de diretrizes e normas e implementação de ações adequadas.

Na governança, diretamente, relacionada com a operacionalização das dinâmicas e ações operacionais de resposta, salientam-se três domínios fundamentais:

- o das diretrizes, dinâmicas e ações operacionais (e respectivos protocolos) a implementar;
- o do Sistema de Comando Operacional, propriamente dito, diferenciado do “normal” sistema e processo de



governo, mas com ele interligado, e que se torna necessário constituir para coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, pela equipe DA COMISSÃO.;

- c. o do Sistema de Alerta e Alarme, incluindo as dinâmicas de comunicação e os processos de monitoramento e avaliação, que permite, identificar os eventuais ajustes que se torna necessário implementar.

8. DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS (DAOP)

As diretrizes, dinâmicas e ações operacionais a serem implementadas encontram-se indicadas na sequência e serão implementadas e fiscalizadas pelos membros da COMISSÃO, utilizando o MANUAL DE RETORNO PRESENCIAL.

DAOP DE MEDIDAS SANITÁRIAS

É importante estar claro, por parte de cada estabelecimento, quais ações são aplicáveis para sua modalidade de ensino e de que forma serão implementadas e mantidas na totalidade das diretrizes sanitárias, de modo a prevenir e mitigar a disseminação da COVID-19 no ambiente escolar.

8.1 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS (TREINAMENTO, DIVULGAÇÃO, ENVOLVIMENTO DE SERVIDORES, PAIS E ALUNOS)

As medidas administrativas têm como objetivo promover um alinhamento geral do estabelecimento de ensino, com medidas gerais e aplicáveis para a maioria da comunidade escolar e dos ambientes do estabelecimento. São elas:

- I. Avaliar a possibilidade de retorno gradativo das atividades escolares, com intervalos mínimos de 7 (sete) dias entre os grupos regressantes, em cada estabelecimento (para os diferentes níveis escolares, diferentes cursos, ou outros), com o monitoramento da evolução do contágio, tanto na comunidade escolar quanto na comunidade geral da localidade, contemplando novos alinhamentos, se necessário;
- II. Avaliar inicialmente a possibilidade de retorno das atividades em dias alternados, para turmas alternadas, de forma a ampliar a possibilidade do distanciamento, considerando que esta ação disponibilizará maiores espaços e salas de aulas;
- III. Definir, se possível, um “espelho” para cada sala de aula, de forma que cada aluno utilize todos os dias a mesma mesa e a mesma cadeira;
- IV. Reenquadrar, dentro do possível, as grades de horários de cada turma, de forma a condensar em menores quantidades de dias possíveis as aulas do mesmo professor, de forma que cada professor mude o mínimo possível de

sala;

V. Adotar estratégias eficazes de comunicação com a comunidade escolar, priorizando canais virtuais e a audiodescrição para deficientes visuais e LIBRAS para alunos surdos;

VI. Providenciar a atualização dos contatos de emergência dos alunos (também dos responsáveis quando aplicável), e dos servidores, antes do retorno das aulas, assim como mantê-los permanentemente atualizados;

VII. Estimular a priorização de realização de reuniões por videoconferência, evitando a forma presencial, quer seja por alunos, docentes, servidores ou fornecedores e, em especial, quando não for possível, reduzir ao máximo o número de participantes e sua duração. Em extensão para as pessoas com deficiência, buscar assessoria e suporte dos serviços de Educação Especial para adequações e acesso a informações;

VIII. Suspender as atividades do tipo excursões e passeios externos (passeios na cidade para visitação a museus, pontos turísticos, etc, caminhadas, entre outros);

IX. Suspender todas as atividades que envolvam aglomerações, tais como festas de comemorações, reuniões para entrega de avaliações, formaturas, feiras de ciências, apresentações teatrais, entre outras;

X. Suspender as atividades esportivas coletivas presenciais e de contato, tais como: lutas (artes marciais), futebol, voleibol, ginástica, balé e outras, devido à propagação de partículas potencialmente infectantes, priorizando e incentivando atividades individuais ao ar livre;

XI. Avaliar a possibilidade pedagógica de que as aulas de educação física sejam temporariamente teóricas, na primeira etapa do retorno. E após sejam planejadas para serem executadas individualmente, sem contato físico, mantendo a distância de 2m entre os participantes e em espaços abertos (ar livre). Proibir a prática de esportes que envolvam superfícies que não possam ser limpas e atividades que envolvam troca de objetos entre os alunos;

XII. Desestimular o uso de elevadores, por meio de cartazes afixados em locais visíveis, que contenham orientações mínimas, recomendando a utilização apenas para pessoas com dificuldades ou limitações para deslocamento;

XIII. Adotar rotinas regulares de orientação de alunos e servidores sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da transmissão do COVID-19, com ênfase na correta utilização, troca, higienização e descarte de máscaras, bem como na adequada higienização das mãos e de objetos, na manutenção da etiqueta respiratória e no respeito ao distanciamento social seguro, sempre em linguagem acessível para toda a comunidade escolar;

XIV. Informar as alterações de rotina e mudanças de trajeto e objetos, com antecedência, aos alunos com deficiência visual e Transtorno de Espectro Autista-TEA;

XV. Comunicar as normas de condutas relativas ao uso dos espaços físicos e à prevenção e ao controle do COVID-19, em linguagem acessível à comunidade escolar, e quando aplicável, afixar cartazes com as mesmas normas em



locais visíveis e de circulação, tais como: acessos aos estabelecimentos, salas de aula, banheiros, refeitórios, corredores, dentre outros;

XVI. Conhecer todos os regramentos sanitários vigentes aplicáveis, procurando documentar ou evidenciar as ações adotadas pelo estabelecimento de ensino, em decorrência do cumprimento destes regramentos;

XVII. Recomendar aos Reitores, Diretores Escolares e Administradores Escolares acompanharem os casos suspeitos ou confirmados, na comunidade escolar, e com as autoridades locais, a evolução de casos positivos, nos seus municípios e nos adjacentes, de forma a gerenciar o funcionamento do estabelecimento, avaliando a adequação da continuidade das aulas, cancelando-as, se necessário, e quando aplicável, contemplar o possível fechamento temporário do estabelecimento, de forma total ou parcial (apenas alguma sala, edifício ou instalação).

8.2 MEDIDAS DE HIGIENE PESSOAL

As medidas de higiene pessoal são as recomendações a serem seguidas com intuito de minimizar, tanto o contágio direto quanto o indireto, por intermédio de ações a serem realizadas de forma individualizadas, tanto por parte de alunos quanto de servidores e visitantes. São elas:

I. Orientar alunos e servidores sobre a necessidade e importância de evitar tocar os olhos, nariz e boca, além de higienizar sistematicamente as mãos, especialmente nas seguintes situações:

- a) após o uso de transporte público;
- b) ao chegar no estabelecimento de ensino;
- c) após tocar em superfícies tais como: maçanetas das portas, corrimãos, botões de elevadores, interruptores;
- d) após tossir, espirrar e/ou assoar o nariz;
- e) antes e após o uso do banheiro;
- f) antes de manipular alimentos;
- g) antes de tocar em utensílios higienizados;
- h) antes e após alimentar os alunos;
- i) antes das refeições;
- j) antes e após cuidar de ferimentos;
- k) após a limpeza de um local e/ou utilizar vassouras, panos e materiais de higienização;

- l) após remover lixo e outros resíduos;
- m) após trocar de sapatos;
- n) antes e após o uso dos espaços coletivos;
- o) antes de iniciar e após uma nova atividade.

II. Estimular a comunidade escolar a utilizar frequentemente as preparações alcoólicas antissépticas 70% (setenta por cento) em formato de gel, espuma ou spray, para higienização das mãos, disponíveis em diversos ambientes do estabelecimento de ensino;

III.. Manter disponível um frasco de álcool gel 70% em cada sala de aula (mesa de professor) para sistematicamente higienizar as mãos;

IV.. Orientar os servidores a manter as unhas cortadas ou aparadas, os cabelos presos e evitar o uso de adornos, como anéis, brincos e colares;

V.. Recomendar aos professores que utilizem máscaras descartáveis ou de tecido, recomendando que elas devem ser trocadas a cada 2 (duas) horas ou quando tornar-se úmida;

VI.. Orientar cada professor a higienizar as mãos e substituir as máscaras descartáveis ou de tecido ao final de cada aula (a cada mudança de sala) e ao final do seu turno;

VII.. Orientar aos alunos, servidores e visitantes, que adentrarem ao estabelecimento, que deverão usar máscaras descartáveis, ou de tecido não tecido (TNT), ou de tecido de algodão, recomendando que as elas devem ser trocadas a cada 2 (duas) horas ou quando tornar-se úmida (se antes deste tempo). Para o uso de máscaras de tecido recomenda-se que seja realizada em conformidade com o previsto na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020, ou outros regimentos que venham substituí-la;

VIII.. Orientar a comunidade escolar sobre os cuidados necessários a serem adotados em casa e no caminho entre o domicílio e o estabelecimento de ensino;

IX. Orientar e estimular os alunos, servidores e visitantes à aplicação da “etiqueta da tosse”;

X.. Orientar alunos e servidores a usar lenços descartáveis para higiene nasal e bucal e ao trocar a máscara descartável, descartá-los imediatamente em lixeira com tampa, preferencialmente de acionamento por pedal ou outro dispositivo;

XI.. Orientar alunos com deficiência visual a realizarem a higiene das mãos bem como de sua bengala de uso pessoal após a utilização, principalmente ao andar em espaços abertos.

8.3 MEDIDAS PARA A READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS PARA CIRCULAÇÃO SOCIAL



A readequação dos espaços para circulação social é uma atividade fundamental no processo organizacional a fim de minimizar a evolução da contaminação pelo COVID-19, sendo importante a racionalização da utilização dos espaços, em sua forma e em sua cronologia, também há a necessidade de uma nova postura no comportamento dos indivíduos, portanto se recomenda:

I. Readequar os espaços físicos, respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio) em sala de aula. Nas atividades de educação física em espaços abertos, recomenda-se à distância de 2 m (dois metros) de distância entre pessoas, quer seja entre alunos, professores, servidores ou visitantes;

II. Estabelecer, afixar em cartaz e respeitar o teto de ocupação, compreendido como o número máximo permitido de pessoas presentes, simultaneamente, no interior de um mesmo ambiente, respeitando o distanciamento mínimo obrigatório;

III. Organizar as salas de aula de forma que os alunos se acomodem individualmente em carteiras, respeitando o distanciamento mínimo recomendado;

IV. Demarcar o piso dos espaços físicos e mesas de uso coletivo, de forma a facilitar o cumprimento das medidas de distanciamento social, especialmente nas salas de aula, nas bibliotecas, nos refeitórios e em outros ambientes coletivos;

V. Orientar a utilização de álcool gel antes e depois do contato em catracas de acesso e de sistemas de registro de ponto, cujo acesso e registro de presença ocorram mediante biometria, especialmente na forma digital, para alunos, funcionários e servidores;

VI. Disponibilizar alternativas de acessos e saídas sem comandos com o contato das mãos, para estabelecimentos que disponham de estacionamentos, em especial se utilizarem sistemas de digitação numérica ou de biometria digital, tanto para alunos quanto para funcionários, servidores e visitantes;

VII. Implementar nos corredores o sentido único, para coordenar os fluxos de entrada, circulação e saída de alunos e servidores, respeitando o distanciamento mínimo entre pessoas;

VIII. Definir pontos exclusivos para entradas e para saídas para os estabelecimentos que disponham de mais de um acesso. Para estabelecimentos que disponham de um único acesso, definir e identificar áreas para acessos e saídas, de forma a proporcionar condições que evitem ou minimizem o cruzamento das pessoas na mesma linha de condução;

IX. Organizar, quando possível, as entradas dos alunos, de forma que não ocorram aglomerações, bem como escalonar os horários de saída de alunos, de modo a evitar congestionamentos e aglomerações;

X. Evitar o uso de espaços comuns que facilitem a aglomeração de pessoas, como pátios, refeitórios, ginásios, bibliotecas, auditórios, entre outros;

XI. Escalonar os horários de intervalo, refeições, bem como horários de utilização de ginásios, bibliotecas, pátios entre outros, quando estes se fizerem necessários, com o objetivo de preservar o distanciamento mínimo obrigatório entre pessoas e evitar a aglomeração de alunos e servidores nas áreas comuns;

XII. Evitar o acesso de pais, responsáveis, cuidadores e/ou visitantes no interior das dependências dos estabelecimentos de ensino, porém nos casos em que o acesso ocorrer, devem ser preservadas as regras de segurança, distanciamento mínimo obrigatório e o uso de máscara;

XIII. Assegurar o respeito dos pais, responsáveis e/ou cuidadores às regras de segurança, de uso de máscara e de distanciamento mínimo obrigatório nas dependências externas do estabelecimento de ensino, quando da entrada ou da saída de alunos, e, quando aplicável, sinalizar no chão a posição a ser ocupada por cada pessoa;

XIV. Assegurar que servidores e alunos do Grupo de Risco permaneçam em casa, sem prejuízo de remuneração e de acompanhamento das aulas, respectivamente;

XV. Desativar ou lacrar as torneiras a jato dos bebedouros que permitam a ingestão de água diretamente, de forma que se evite o contato da boca do usuário com o equipamento. Caso não seja possível lacrar ou remover o sistema de torneiras com jato de água, o bebedouro deverá ser substituído por equipamento que possibilite a retirada de água apenas em copos descartáveis ou recipientes de uso individual, mantendo disponível álcool gel ao lado do bebedouro, com recomendação de higienização das mãos antes e após a retirada da água;

XVI. Aferir a temperatura de todas as pessoas previamente a seu ingresso nas dependências do estabelecimento de ensino, por meio de termômetro digital infravermelho ou sistema de reconhecimento facial com aferição de temperatura, vedando a entrada daquela cuja temperatura registrada seja igual ou superior a 37,8 (trinta e sete vírgula oito) graus Celsius;

XVII. Assegurar o conhecimento das mudanças realizadas nos espaços físicos de circulação social aos alunos com deficiência.

8.4 MEDIDAS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL

A implementação de medidas de distanciamento social é recomendável para toda comunidade escolar, quer sejam alunos, professores, outros servidores e visitantes. Esta atividade é indispensável para minimizar a evolução da contaminação pelo COVID19, havendo a necessidade de uma nova postura no comportamento de toda comunidade escolar, recomenda-se:

I. Respeitar o limite definido (de 1,5m) para capacidade máxima de pessoas em cada ambiente em especial, em salas de aulas, bibliotecas, sala de professores, ambientes compartilhados, afixando cartazes informativos nos locais;



- II. Orientar alunos, professores, servidores e visitantes a manter o distanciamento recomendável em todos os momentos, que é de 1,5 m (um metro e meio) entre as pessoas; sinalizando os espaços com fitas adesivas no chão em lugares que podem conter filas como acesso a cantina, corredores, biblioteca, recepção etc.
- III. Orientar alunos e servidores a evitar comportamentos sociais tais como aperto de mãos, abraços e beijos;
- IV. Orientar alunos e servidores a não compartilhar material escolar, como canetas, cadernos, réguas, borrachas entre outros; porém, caso se faça necessário, recomendar que sejam previamente higienizados com álcool 70%.
- V. Orientar alunos e servidores a não compartilhar objetos pessoais, como roupas, escova de cabelo, maquiagens, brinquedos e semelhantes;
- VI. Orientar alunos a restringirem-se as suas salas de aula, e evitando espaços comuns e outras salas que não as suas;
- VII. Orientar alunos e servidores a manter o distanciamento mínimo de uma pessoa a cada 3 (três) degraus nas escadas rolantes, afixando cartazes informativos;
- VIII. Retirar se possível as carteiras escolares que sobraem das salas após delimitar a área de espaço ou demarcar visivelmente aquelas que não possam ser usadas; e que a criança sempre utilize o mesmo local;
- IX. Isolar com fita ou colar papel visível em bancos que não possam ser retirados, como recepção e praça, por exemplo.

8.5 MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO E SANITIZAÇÃO DE AMBIENTES

A higienização dos ambientes é uma atividade importante no controle da disseminação do COVID-19 na sua forma indireta, pois esta pode ter grande potencial de contágio, requerendo cuidados especiais, tendo-se como orientações:

- I. Recomendar a todos os estabelecimentos a fazer higienização de todas as suas áreas, antes da retomada das atividades;
- II. Garantir equipamentos de higiene, como dispensadores de álcool em gel, lixeiras com tampa com dispositivo que permita a abertura e fechamento sem o uso das mãos (como lixeira com pedal);
- III. Prover treinamento específico sobre higienização e desinfecção adequadas de materiais, superfícies e ambientes, aos servidores responsáveis pela limpeza;
- IV. Utilizar exclusivamente produtos de limpeza e higienização regularizados pela ANVISA e ao fim que se destinam;

- V. Higienizar o piso das áreas comuns a cada troca de turno, com soluções de hipoclorito de sódio 0,1% (água sanitária) ou outro desinfetante indicado para este fim. Entende-se por áreas comuns: salas de aula, biblioteca, salas de leitura, refeitório, laboratórios, auditórios e afins, sanitários, entre outros.
- VI. Higienizar, uma vez a cada turno, as superfícies de uso comum, tais como maçanetas das portas, corrimãos, botões de elevadores, interruptores, puxadores, bancos, mesas, acessórios em instalações sanitárias, com álcool 70% ou preparações anti sépticas ou sanitizantes de efeito similar;
- VII. Ampliar a frequência da higienização das instalações sanitárias;
- VIII. Manter disponível nos banheiros sabonete líquido, toalhas de papel e preparações alcoólicas antissépticas 70% (setenta por cento) em formato de gel, espuma ou spray;
- IX. Manter disponível preparações alcoólicas antissépticas 70% (setenta por cento) em formato de gel, espuma ou spray, para higienização das mãos, em todos os ambientes da instituição de ensino e em locais estratégicos e de fácil acesso, como entradas, saídas, corredores, elevadores, entre outros;
- X. Higienizar, a cada uso, materiais e utensílios de uso comum, como colchonetes, tatames, entre outros;
- XI. Ofertar, sempre que possível, material individual e higienizado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- XII. Intensificar, quando possível, a utilização de iluminação natural (entrada de sol) e a manutenção de portas e janelas abertas para a ventilação natural do ambiente, tanto para salas de aulas, ambientes comuns e de deslocamento, priorizando sempre que possível os ambientes abertos e externos. Quando existir sistemas de climatização artificial e forem aplicáveis os Planos de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), estes devem estar implementados e atualizados.

8.6 MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO DE MATERIAIS E INSTRUMENTOS DIDÁTICOS E PESSOAIS

A higienização de materiais é uma atividade importante no controle da disseminação do COVID-19 na sua forma indireta, e esta pode ter grande potencial de contágio, requerendo cuidados especiais, tendo-se como recomendações:

- I. Orientar alunos e trabalhadores a higienizarem regularmente os aparelhos telefônicos (celulares e convencionais) com álcool 70% (setenta por cento) ou solução sanitizante de efeito similar, compatíveis com os respectivos aparelhos, como o álcool isopropílico 70%;
- II. Estabelecer metodologia e orientar alunos e trabalhadores a higienizarem, a cada troca de usuário, os computadores, tablets, equipamentos, instrumentos e materiais didáticos empregados em aulas práticas, de estudo ou pesquisa, com álcool 70% (setenta por cento) ou com soluções sanitizantes de efeito similar, compatíveis com os

respectivos aparelhos, equipamentos ou instrumentos;

III. Orientar alunos e trabalhadores a evitarem, sempre que possível, o compartilhamento de equipamentos, materiais didáticos, aparelhos telefônicos (celulares e convencionais) e demais eletrônicos de uso pessoal e habitual, tais como calculadoras, tablets, notebooks, entre outros;

IV. Reduzir a quantidade de materiais disponíveis nas salas, como livros e outros materiais didáticos, isolando-os na medida do possível, e mantendo apenas o que for estritamente necessário para as atividades didático-pedagógicas, embalando-os, sempre que for possível, em caixas plásticas para isolar o contato;

V. Prever um ambiente para armazenar os livros após a utilização ou devolução por alunos, mantendo-os em quarentena. Na ausência de espaço físico específico, armazenar em plásticos lacrados e não reutilizados em outro ambiente e somente retornar a sua estante e disponibilidade para nova utilização após quatorze (14) dias;

VI. Etiquetar os plásticos/recipientes que irão armazenar o acervo devolvido por dia e na etiqueta adesiva colocar a DATA DE DEVOLUTIVA E DATA DE LIBERAÇÃO DO ACERVO;

VII. Após o período de quatorze (14) dias, usando Equipamentos de Proteção Individual, higienize capa com álcool 70% e papel toalha, descartando o papel toalha em seguida;

VIII. Para livros que possam ter estado em CONTATO COM O VIRUS, mantê-los em quarentena por pelo menos 14 dias. O mesmo deverá ocorrer no caso da aquisição de obras novas, evitando assim a transmissão e os danos com a aplicação de materiais de limpeza;

IX. Livro manuseado na estante/para escolha não retorna para a estante, a mediadora de leitura que atende no local, coleta e coloca em quarentena, seguindo as mesmas orientações do item VI.

8.7 MEDIDAS PARA A DISTRIBUIÇÃO E MANIPULAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Seguir na íntegra o estabelecido nas Diretrizes Sanitárias estadual e municipal, para Alimentação Escolar.

Elaborar o Plano de alimentação escolar para 2021. No momento seguiremos as recomendações para que o lanche aconteça na própria sala de aula, pois a educação infantil retornará somente 2 horas, sem lanche, o fundamental 1 serão poucas crianças por sala e o fundamental II e Médio continuarão no ensino remoto.

8.8 ORIENTAÇÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA A INFECÇÃO DA COVID -19



- I. Realizar a aferição de temperatura dos servidores, alunos e visitantes na entrada do estabelecimento;
- II. Capacitar os servidores, disponibilizar e exigir o uso dos EPIs apropriados, diante do risco de infecção pelo COVID-19, para a realização das atividades, dentre eles máscaras e luvas;
- III. Disponibilizar e exigir que todos os servidores (servidores, prestadores de serviço, entre outros) utilizem máscaras durante todo o período de permanência no estabelecimento, sendo estas substituídas conforme recomendação de uso, sem prejuízo da utilização de outros Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários ao desenvolvimento das atividades;
- IV. Manter uma distância de, no mínimo, 1,5 m (um metro e meio) de raio entre os servidores. Se não houver como atender a esta distância, colocar barreiras físicas nas instalações de trabalho e proteção com protetor facial (face shield), além do uso da máscara;
- V. Programar a utilização de vestiários a fim de evitar agrupamento e cruzamento entre servidores (definir fluxos internos e de entrada e saída), mantendo o distanciamento de 1,5 m (um metro e meio) de raio entre os servidores. Caso a atividade necessite da utilização de uniformes, é importante orientar aos servidores a ordem de desparamentação, e o último EPI a ser descartado deve ser a máscara;
- VI. Recomendar que os servidores não retornem às suas casas diariamente com suas roupas de trabalho quando estes utilizarem uniforme;
- VII. Disponibilizar, em pontos estratégicos do estabelecimento, local para a adequada higienização das mãos e, na ausência ou distância do local, disponibilizar álcool 70% (setenta por cento) ou preparações antissépticas de efeito similar, devendo ser orientada e estimulada a constante higienização das mãos por todos os servidores;
- VIII. Adaptar bebedouros do tipo jato inclinado, de modo que somente seja possível o consumo de água com o uso de copo descartável;
- IX. Programar a utilização dos refeitórios com apenas 1/3 (um terço) da sua capacidade (por vez), demarcando os lugares que podem ser utilizados Organizar cronograma para sua utilização, de forma a evitar agrupamento e cruzamento entre os servidores (fluxos interno e de entradas e saídas), além de garantir a manutenção da distância mínima de 1,5 m (um metro e meio) de raio entre os servidores;
- X. Realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização do ambiente de trabalho, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para esta finalidade;
- XI. Intensificar a higienização com álcool 70% (setenta por cento), preparações anti sépticas ou sanitizantes de efeito similar nos utensílios, superfícies e equipamentos, maçanetas,
- XII. mesas, corrimãos, interruptores, sanitários, elevadores, vestiários e armários entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;

XIII. Manter os lavatórios dos refeitórios e sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% (setenta por cento) ou preparações anti sépticas de efeito similar e lixeiras com tampa de acionamento sem o uso das mãos;

XIV. Manter ventilados, dentro do possível, todos os postos de trabalho, evitando o uso de ar condicionado. Caso optem pela utilização do ar condicionado, portas e janelas deverão ser mantidas abertas;

XV. Monitorar os servidores com vistas à identificação precoce de sintomas compatíveis com a COVID-19 (febre aferida ou referida, calafrios, dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza, distúrbios olfativos ou gustativos);

XVI. O estabelecimento deve seguir as recomendações do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA) em especial as que dizem respeito aos Equipamentos de Proteção Individual.

8.9 MEDIDAS PARA IDENTIFICAÇÃO E CONDUÇÃO DE CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS PARA COVID-19

I. Identificar previamente casos suspeitos de COVID-19 é uma importante ferramenta no controle da disseminação do vírus na comunidade escolar, e para tal recomenda-se:

II. Orientar os servidores e alunos a informar imediatamente ao responsável pelo estabelecimento de ensino ou ao profissional de referência no estabelecimento, caso apresentem sintomas de síndrome gripal e/ou convivam com pessoas sintomáticas, suspeitas ou confirmadas com COVID-19;

III. Realizar observação/monitoramento diário dos servidores e alunos com sintomas de síndrome gripal, em todos os turnos;

IV. Selecionar e treinar servidores para conduzirem as ações quando se depararem com indivíduo com síndrome gripal, de forma a se protegerem e protegerem a comunidade escolar de possível contaminação;

V. Organizar o estabelecimento escolar de forma a disponibilizar uma sala de isolamento para casos que apresentem sintomas de síndrome gripal;

VI. Promover o isolamento imediato de qualquer pessoa que apresente os sintomas gripais, e realizar as seguintes ações:

a) se aluno menor de idade, comunicar imediatamente aos pais ou responsáveis, mantendo-o em área segregada de outros alunos, sob supervisão de um responsável trabalhador da instituição, respeitando às medidas de distanciamento e utilização de EPI, aguardando a presença dos pais ou responsáveis para os devidos encaminhamentos pelos familiares ou responsáveis;

- b) se aluno maior de idade, mantê-lo em área segregada, com acompanhamento de um trabalhador do estabelecimento, respeitando às medidas de distanciamento e utilização de EPI até a definição dos encaminhamentos;
- c) se trabalhador (inclusive professor) afastá-lo imediatamente das suas atividades até elucidação do diagnóstico;
- VII. Definir fluxos claros de condução e saída dos casos suspeitos da sala de isolamento e do estabelecimento escolar;
- VIII. Notificar imediatamente casos suspeitos para a Vigilância Epidemiológica local, para orientações e encaminhamentos;
- IX. Reforçar a limpeza dos objetos e das superfícies utilizadas pelo caso suspeito, bem como da área de isolamento;
- X. Para os casos confirmados para COVID-19, tanto de alunos quanto servidores, é recomendável afastamento de 10 a 14 dias conforme orientação médica, podendo retornar às atividades após este período, desde que estejam assintomáticos por 24 horas, sem uso de antitérmicos e com melhora clínica importante. Os casos negativos para COVID-19 poderão retornar às atividades educacionais e laborais após 24 horas da remissão dos sintomas, sem uso de antitérmicos e com melhora clínica importante, seguindo Manual de Orientações da COVID-19 (vírus SARS-CoV-2);
- XI. Para a(s) turma(s) do(s) professor (res) ou aluno(s) suspeitos recomenda-se suspender as aulas por 7 (sete) dias ou até resultado negativo, ou de 10 a 14 dias conforme orientação médica se positivo para COVID-19, como também os demais alunos e seus responsáveis, quando aplicável, deverão ser cientificados dos fatos;
- XII. Para as turmas dos alunos que coabitam ou tiveram outras formas de contatos com pessoas com diagnóstico de infecção pelo COVID-19, recomenda-se suspender as aulas de 10 a 14 dias conforme orientação médica, bem como os demais alunos e seus responsáveis, quando aplicável, deverão ser cientificados dos fatos;
- XIII. Questionar aos servidores e alunos dos estabelecimentos escolares se coabitam ou têm outras formas de contatos com pessoas suspeitas ou sabidamente com diagnóstico de infecção pelo COVID-19. Caso a resposta seja positiva, é aconselhável que esta pessoa fique afastada das atividades até que tenha elucidação diagnóstica ou um parecer médico liberando o retorno às atividades laborais. Caso não ocorra a elucidação diagnóstica, é indicado que estas pessoas permaneçam afastadas de 10 a 14 dias conforme orientação médica, podendo retornar às atividades após este período, desde que estejam assintomáticas;
- XIV. Garantir a notificação da rede de saúde do município de residência, no caso de servidores e alunos que residam em outros municípios;
- XV. Manter registro atualizado do acompanhamento de todos os servidores e alunos afastados para isolamento por COVID-19;
- XVI. Garantir, sem prejuízos de aprendizagem ou salarial, o retorno dos alunos ou servidores somente após a alta e a autorização da área da saúde;

XVII. Monitorar o retorno dos alunos após a alta e a autorização da área da saúde, evitando evasão e abandono escolar.

8.10 MEDIDAS ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE RELACIONADAS AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

- I. No horário de chegada e saída dos alunos, um ou mais profissionais escolares devem estar na entrada para receber os alunos não permitindo a entrada de pais e responsáveis;
- II. Além de escalonar a entrada das turmas, diferenciar os horários de outros níveis (se ofertados pela Unidade Escolar) e se possível estabelecer diferentes entradas para receber e dispensar os alunos;
- III. É recomendável que os alunos de cada turma fiquem sempre na mesma sala, para evitar troca de espaços e maior movimentação nos corredores;
- IV. Estabelecer sinalização nos corredores para que haja fila única, definição prioritária de tráfego, sinalização nos corredores que ajudem os alunos a seguir as normas e lembrar de manter a distância mínima entre si durante a movimentação;
- V. Restringir a interação dos alunos apenas para as pessoas que estejam na mesma sala (sendo vedada a interação de estudantes de diferentes turmas e ou com professores de outras classes);
- VI. É recomendável restringir a implementação dos programas e projetos intersetoriais, que são desenvolvidos por profissionais que não fazem parte do corpo docente da unidade escolar;
- VII. Estabelecer escalonamento dos intervalos para as classes, evitando aglomerações em corredores e outros espaços;
- VIII. Realizar lanches e refeições, preferencialmente, na própria sala de aula;
- IX. Proibir materiais didáticos que sejam manuseados por vários alunos ao mesmo tempo ou sequencialmente, a não ser que eles possam ser limpos e desinfetados ao serem passados de um aluno para o outro;
- X. Priorizar atividades com material audiovisual, para evitar manuseio de objetos pelos alunos;
- XI. Higienizar diariamente após cada turno brinquedos e materiais utilizados pelas crianças dos anos Iniciais do Ensino Fundamental, e higienizar imediatamente após o uso, brinquedos e materiais que forem levados à boca pelos alunos;
- XII. Recomendar aos estabelecimentos que dispuserem de infraestrutura compatível (diversos sanitários) para

definir sanitários para uso exclusivo deste público (não compartilhar com os alunos de outros níveis);

XIII. Orientar os alunos a manter o uso da máscara e realizarem a higienização, armazenamento e descarte conforme o estabelecido na Portaria SES no 224/2020.

8.11 MEDIDAS ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE RELACIONADAS AO PÚBLICO INFANTIL

O público infantil requer especial atenção pelas limitações quanto ao cumprimento das medidas de prevenção e controle na disseminação do vírus, onde recomenda-se:

I. Os estabelecimentos de ensino que possuam em suas dependências crianças menores de seis anos, ou com algum grau de dependência, deverão adotar medidas para que estas recebam auxílio para adequada higiene de mãos, com a regularidade necessária;

II. Recomenda-se dividir as turmas em grupos menores, sendo vedada a interação de crianças de diferentes turmas e ou com professores de outras classes. A proporção de crianças por turma será definida em Portaria da Secretaria de Estado da Saúde quando estabelecer o momento do retorno, conforme Matriz de Risco Potencial;

III. Vedar a circulação de profissionais entre diferentes turmas na rotina diária de atividades;

IV. Os estabelecimentos educacionais que dispuserem de local destinado à amamentação, devem mantê-lo ventilado, com assentos adequados e distantes 1,5 m (um metro e meio) de raio, e disponibilizar em pontos estratégicos, local para a adequada higienização das mãos e, na ausência ou distância do local, disponibilizar álcool 70% (setenta por cento) ou preparações anti sépticas de efeito similar. Deverá haver higienização do local após utilização;

V. Em relação a permanência na escola de crianças matriculadas em período integral, estas deverão permanecer preferencialmente no mesmo grupamento e educador, durante o período de permanência na escola;

VI. Os pais/responsáveis deverão aferir a temperatura antes de levar a criança a instituição escolar, não levando para escola os que se apresentarem febris ou com sintomas gripais;

VII. Medir a temperatura das crianças ao chegarem na escola, proibindo a entrada daquelas que apresentarem temperatura acima de 37,8oC (Trinta e sete vírgula oito graus Celsius);

VIII. A alimentação deve ser oferecida dentro da própria sala, sendo sempre evitado a troca de espaços;

IX. Escalonar o horário do parquinho sendo que o mesmo deverá ser higienizado completamente após utilização de cada turma;

X. Estabelecer escalonamento na entrada e saída das crianças de modo a evitar aglomerações. Se possível, os



profissionais devem pegar a criança do lado de fora da escola e levá-las para dentro, evitando que os pais/responsáveis entrem no ambiente;

- XI. Se possível, a pessoa que irá levar e buscar a criança na escola não deve pertencer ao grupo de risco;
- XII. Higienizar, a cada uso, materiais e utensílios de uso comum, como colchonetes, tatames, trocadores, cadeiras de alimentação, berços entre outros. A higienização completa deverá ser realizada entre os turnos também;
- XIII. Separar colchões ou berços das crianças na hora do cochilo, colocando-os a pelo menos 1,5 metros (um metro e meio) de distância um do outro, sendo que os mesmos deverão ser higienizados a cada uso e no final do turno;
- XIV. Higienizar diariamente brinquedos e materiais utilizados pelas crianças da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, e higienizar imediatamente após o uso, brinquedos e materiais que forem levados à boca pelos alunos;
- XV. Evitar o uso de brinquedos e outros materiais de difícil higienização;
- XVI. Recomendar aos pais/responsáveis que as crianças não levem brinquedos de casa para a instituição;
- XVII. Não compartilhar objetos de uso individual, como copos, talheres, mamadeiras, babadores, lençóis, travesseiros, toalhas entre outros;
- XVIII. Deve-se trocar as roupas de bebês e crianças quando estas tiverem sujidades visíveis. Assim, os pais ou cuidadores devem fornecer várias mudas de roupa para a instituição;
- XIX. Colocar as roupas com sujidades visíveis, tanto de profissionais quanto de crianças em sacolas plásticas até que se proceda a entrega aos pais e a lavagem;
- XX. Ao realizar troca de fraldas de bebês ou crianças, orientar os trabalhadores responsáveis para:
 - a) definir um local fixo para esta atividade, estruturado para tal;
 - b) realizar a adequada higiene das mãos antes e após a troca de fraldas;
 - c) usar luvas descartáveis e proceder a troca das mesmas após o atendimento de cada criança;
 - d) usar avental descartável ou impermeável e higienizável (como “capa de chuvas”), descontaminando-o após cada uso;
 - e) higienizar as mãos da criança após o procedimento;
 - f) realizar o descarte adequado dos materiais resultantes desta atividade;
 - g) as fraldas de pano reutilizáveis não devem ser limpas no local, mas sim colocadas em sacos plásticos até o momento da lavagem;

- h) realizar limpeza da superfície sempre após a troca de fraldas.
- i) recomenda-se que sejam afixados material informativo com o passo-a-passo adequado para efetuar a troca de fraldas.

XXI. Os professores e funcionários devem supervisionar o uso dos produtos a serem utilizados na higiene de mãos, superfícies de modo a garantir a utilização correta, bem como evitar exposição e ingestão acidental;

XXII. Orientar os alunos maiores de 02 anos, a manter a máscara e realizarem a retirada apenas no momento da refeição.

8.12 DAOP TRANSPORTE ESCOLAR

MEDIDAS GERAIS

No retorno das atividades do Transporte Escolar da Rede Pública e Privada de Ensino, bem como do Ensino Superior e Técnico, recomenda-se a adoção das seguintes medidas:

I. Limitar e controlar a lotação máxima de cada veículo da seguinte forma:

- a) Os estudantes deverão usar sempre os mesmos assentos, ou seja, o condutor ou monitor deverá mapear os estudantes em seu veículo, para caso seja constatado algum infectado, deverão ser tomadas as medidas necessárias para monitoramento em passageiros próximos ao seu local no veículo.
- b) Veículo de passeio: resguardar intervalo de um assento vazio entre os passageiros nos bancos traseiros;
- c) Van (incluindo Kombi): resguardar intervalo de um assento vazio entre os passageiros em todos os bancos;
- d) Micro-ônibus: priorizar ocupação alternada dos assentos, até o limite de um ocupante por assento, sendo vedado passageiro em pé;
- e) Ônibus: priorizar ocupação alternada dos assentos, até o limite de um ocupante por assento, sendo vedado passageiro em pé;
- f) Transporte Coletivo: adotar medidas já previstas pela SES;
- g) Em todas as modalidades de transporte, manter a obrigatoriedade de ocupar o mesmo lugar todos os dias, com registro dos ocupantes pelo monitor;
- h) A distribuição de estudantes nos assentos do ônibus deverá ser feita de forma a agrupar os alunos de uma mesma escola na mesma região do veículo, quando este atender a mais de um estabelecimento escolar no mesmo deslocamento.

II. Adequar a frota de modo a compatibilizar o quantitativo de veículos com o de passageiros a serem



transportados, respeitando a limitação definida para cada modalidade de transporte, inclusive disponibilizando linhas extras, se necessário;

- III. Ordenar as entradas e saídas dos passageiros de forma que, no embarque, os passageiros ocupem inicialmente as partes traseiras dos veículos, e que o desembarque inicie pelos passageiros dos bancos da parte dianteira;
- IV. Manter os basculantes e as janelas dos veículos abertas (exceto em dias de chuva/frio extremo), com amplitude que permita a troca de ar sem comprometer a segurança dos passageiros. Caso o veículo disponha de sistema de ar condicionado com renovação de ar, esta deverá estar ativa, bem como a higienização e a substituição dos filtros deverá estar em conformidade com as recomendações dos fabricantes;
- V. Permitir que entrem e permaneçam nos veículos somente pessoas com máscara, quer sejam estudantes ou trabalhadores das escolas. Orientar estes usuários que se optarem por usar máscara de tecido, que seja em conformidade com o previsto na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020, ou outros regramentos que venham substituí-la;
- VI. Demarcar a distância de segurança de no mínimo 1,5 metros (um metro e meio) nas áreas de embarque e desembarque ou locais destinados para fila (na escola), evitando a aglomeração de pessoas;
- VII. Orientar que, nos pontos de embarque (distantes da escola), ocorrendo existência de formação de filas, os usuários mantenham a distância mínima de 1,5 metros (um metro e meio) das demais pessoas;
- VIII. Padronizar procedimentos e operações de higienização, de forma que após cada itinerário/viagem, seja realizada a limpeza e desinfecção dos veículos utilizados no transporte;
 - a) Higienizar apoios de braço, maçanetas, pegadores, janelas (vidros) e poltronas com álcool 70% ou produtos sanitizantes de efeitos similar, a cada finalização de viagem;
 - b) Definir periodicidade para higienização interna completa do veículo, recomendando-se ao menos uma vez ao dia;
- IX. Disponibilizar álcool 70% ou sanitizantes de efeito similar para a higienização das mãos, no embarque e no interior do veículo;
- X. Afixar um cartaz no interior do veículo com as orientações aos passageiros sobre etiqueta da tosse, uso da máscara, higienização das mãos e distanciamento social;
- XI. Organizar e orientar escalonamento de horários de chegadas e saídas dos estudantes nas instituições de ensino, reduzindo a concentração deles no local.

8.13 MEDIDAS AOS PAIS/RESPONSÁVEIS DE ALUNOS/ESTUDANTES



- I. Orientar aos pais que os estudantes deverão utilizar máscara facial como barreira, para a utilização do transporte, seguindo todas as orientações de uso já dispostas na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020;
- II. Os motoristas/monitores escolares deverão realizar a aferição de temperatura corporal dos estudantes, antes de adentrarem no transporte escolar, com uso de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato fornecido pela Secretaria Municipal de Educação. Aferida a temperatura de 37,8°C ou superior, não será permitida a entrada no transporte;
- III. No caso de o estudante apresentar temperatura de 37,8°C ou superior, o motorista/monitor deverá relatar o fato à equipe gestora da escola para que esta tome as devidas providências;
- IV. Solicitar aos pais/responsáveis que acompanhem/aguadem seus filhos no ponto de embarque, caso seja detectada febre este não poderá adentrar ao veículo e deverá buscar orientação com a Vigilância Epidemiológica Municipal;
- V. Realizar campanha de conscientização para que os pais/responsáveis priorizem o transporte próprio de seus filhos, visando a evitar o risco de contaminação dentro do transporte, orientando que não transportem passageiros fora do núcleo familiar.

9. DAOP MEDIDAS PEDAGÓGICAS

Para as unidades educacionais que atendem ao público-alvo desta diretriz, o regime especial de educação, decorrente da pandemia de COVID-19, se caracteriza pela retomada das aulas presenciais, de maneira gradual, escalonada ou total, que estará condicionada às orientações técnico-científicas da área da saúde e à autorização da Secretaria de Estado da Saúde.

Caberá às Redes de Ensino adequarem seu funcionamento de acordo com as seguintes orientações:

- Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID19.
- Parecer CNE/CP nº 9/2020, que reexamina o Parecer CNE/CP nº 5/2020
- Parecer CNE/CP nº 11/2020, que traz orientações educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da pandemia.
- Parecer CEE/SC nº 146, que apresenta medidas orientativas às instituições de ensino, pertencentes ao Sistema

Estadual de Educação, no período do regime especial do combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID - 19), com base no Decreto nº 515/2020, que declara situação de emergência no território catarinense.

- Resolução CEE/SC nº 009/2020, que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

- Parecer CEE/SC nº 179/2020, com orientações para o cumprimento da carga horária mínima anual, prevista na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, devendo estar em consonância com o que dispõe o regime especial de atividades não presenciais no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, e a Resolução CEE/SC nº 009, de 19 de março de 2020.

- Resolução CEE/SC nº 049/2020, que dá nova redação ao art. 2º e revoga o § 4º do art. 3º da Resolução CEE/SC nº 009/2020 e aplica, ao Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, o disposto no Parecer CNE/CP nº 5/2020.

- Resolução COMED/TIMBÓ nº 001/2020, que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Timbó/SC, para fins do cumprimento do calendário letivo de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19);

- Resolução COMED/TIMBÓ nº 002/2020, que altera a Resolução COMED nº 001/2020 e aplica ao Sistema Municipal de Educação de Timbó o disposto no Parecer CNE/CP nº 5/2020;

- Resolução SEMED/TIMBÓ nº 001/2020, que aprova Plano de Ação que estabelece procedimentos e protocolos para as escolas municipais para o ano letivo de 2020.

A presente diretriz está organizada de modo a recomendar perspectivas futuras de admissão da possibilidade de atividades escolares presenciais, respeitando a autonomia dos sistemas educacionais, conforme aspectos definidos a seguir.

GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA

As ações descritas abaixo têm como objetivo assegurar o direito à educação dos estudantes inseridos na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Profissionalizante e na Educação de Jovens e Adultos:

1. Assegurar o acesso e a permanência na Educação Básica;
2. Assegurar a gestão democrática no planejamento de retomada das aulas presenciais;
3. Adequar metodologias pedagógicas e implementar estratégias que garantam o acesso à aprendizagem aos



estudantes;

4. Redefinir para a faixa etária atendida pela Educação Infantil a proposta pedagógica que promova a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as especificidades desta etapa de ensino;

5. Realizar o mapeamento dos estudantes que não apresentam as condições para o retorno às atividades escolares presenciais, para auxiliar na definição das estratégias de retomada;

6. Realizar, para estudantes da educação especial, uma avaliação com a equipe pedagógica, professores e professores AEE, colhendo a posição da família com relação ao retorno presencial, com foco na funcionalidade e autonomia, sendo garantida a continuidade das atividades remotas para os que estejam impossibilitados do retorno presencial;

7. Realizar o mapeamento dos estudantes que não tiveram acesso às atividades não presenciais, durante o período de pandemia, e daqueles que tiveram o acesso, mas não realizaram as atividades propostas;

8. Definir os grupos que serão atendidos presencialmente com prioridade, observando que os critérios devem ser validados preferencialmente em diálogo com as comunidades escolares;

8.1 A pessoa com Deficiência, Transtorno Espectro Autista, Altas Habilidades/Superdotação que apresentar possível risco para o retorno presencial deverá receber as atividades de maneira online, impressa ou disponibilizar mecanismos de integração.

8.2 A pessoa com deficiência, Transtorno Espectro Autista, Altas Habilidades/Superdotação que apresentar condições analisadas nos itens 5 e 6, juntamente ao parecer médico e de acordo com a segurança e bem-estar de sua saúde, assim como o termo de consentimento da família. Poderão iniciar o processo de adaptação ao ambiente escolar, dando prioridade aos alunos em processo de transição escolar. Onde seu retorno ao ensino regular será gradativo.

9. Assegurar as atividades escolares não presenciais aos alunos com especificidades que não poderão retornar presencialmente;

10. Orientar, quando necessário, os estudantes que retornarem às atividades presenciais para que, obrigatoriamente, cumpram de forma concomitante as atividades do regime de ensino não presencial;

11. Orientar que sejam elaboradas, pelos órgãos competentes, normas que tratem da autonomia de pais e responsáveis para exercer a escolha pela manutenção do ensino totalmente remoto aos estudantes sob sua responsabilidade e do compromisso de apoio e acompanhamento das atividades educacionais propostas;

12. Garantir que as redes de ensino ofereçam atividades presenciais e atividades não presenciais enquanto perdurar o regime especial de educação decorrente da pandemia COVID-19;

13. Orientar pela obrigatoriedade da realização das atividades não presenciais aos estudantes que, por determinado

motivo, não participarem das atividades presencialmente;

14. Realizar busca ativa dos estudantes que não retornaram para as atividades presenciais e/ou não estão realizando as atividades não presenciais;
15. Definir estratégias de apoio pedagógico aos estudantes que não acompanharam ou não conseguiram acompanhar significativamente os conhecimentos durante as atividades não presenciais propostas;
16. Divulgar amplamente, para toda a comunidade escolar, as estratégias pedagógicas adotadas pela Rede de Ensino e/ou unidade escolar, a fim de promover seu engajamento na realização das atividades presenciais e não presenciais, enquanto perdurar o regime especial de educação decorrente da pandemia COVID-19;
17. Ampliar o acesso à internet, dispositivos eletrônicos e infraestrutura adequada às TICs;
18. Estabelecer planejamento organizacional e pedagógico adaptativo, visto que a volta às aulas deve ser gradual, por etapas ou níveis, conforme determinações sanitárias;
19. Prever apoio psicossocial a estudantes, familiares e profissionais da educação.

CALENDÁRIO ESCOLAR

As ações descritas abaixo objetivam dar recomendações para a efetivação do calendário escolar.

1. Garantir a validação das atividades não presenciais para cômputo do cumprimento da carga horária mínima legal vigente estipulada para cada etapa e modalidade de ensino;
2. Observar as diretrizes sanitárias na elaboração do novo calendário escolar;
3. Envolver a comunidade escolar na reestruturação do calendário e quadro de horário da escola;
4. Envidar esforços na reestruturação do calendário, a fim de estabelecer períodos de recesso e/ou férias escolares, observadas as particularidades de cada rede e normas vigentes;
5. Adotar, caso seja necessário, novas estruturas de organização escolar previstas na LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR



As ações descritas abaixo têm o intuito de recomendar cada sistema de ensino com relação à organização curricular.

1. Garantir o planejamento da avaliação formativa e diagnóstica;
2. Adequar os critérios de promoção dos estudantes, as avaliações para efeito de decisões de final de ciclo, adotando medidas que minimizem a evasão, o abandono e a retenção escolar;
3. Elaborar instrumentos de avaliação diagnóstica que atendam às especificidades dos estudantes e busquem mitigar ou eliminar as desigualdades educacionais;
4. Realizar avaliação diagnóstica de cada estudante por meio da observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem e habilidades que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais e construir um programa de recuperação, caso necessário;
5. Redefinir as estratégias do processo pedagógico e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, direitos de aprendizagem e campo de experiências, tendo em vista a BNCC, o CBTC ou o Currículo de Referência, levando, assim, à continuidade da aprendizagem no percurso formativo;
6. Promover o aprimoramento do uso das TICs nas propostas pedagógicas;
7. Reforçar a importância do planejamento pedagógico interdisciplinar;
8. Adequar o Projeto Político-Pedagógico considerando o contexto vigente e a matriz flexibilizada;
9. Promover a autonomia pedagógica por local de trabalho com valorização do diálogo entre toda comunidade escolar;
10. Adotar estratégias eficientes para a recuperação da aprendizagem, principalmente dos estudantes em risco de trabalho infantil, violência doméstica e vulnerabilidade social;
11. Promover atividades educativas sobre higienização e etiqueta respiratória;
12. Desenvolver estratégias pedagógicas de prevenção à COVID-19 de forma a estimular os estudantes e servidores a se apropriarem dos conceitos estabelecidos nas diretrizes sanitárias;
13. Estimular estudantes e servidores a se tornarem agentes multiplicadores de prevenção da COVID-19 na comunidade escolar e local.

FORMAÇÃO CONTINUADA



Promover a formação das equipes pedagógicas e dos professores com os focos: planejamento alinhado à BNCC, ao CBTC ou Currículo Referência, novas propostas pedagógicas, avaliação diagnóstica e processual, avaliação na perspectiva do percurso formativo, uso das TICs.

10. DA OP GESTÃO DE PESSOAS

As ações de acompanhamento das condições de saúde, por parte dos estabelecimentos de ensino, devem estar vinculadas às diretrizes e recomendações da saúde ocupacional de cada Rede de Ensino.

DO ACOMPANHAMENTO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE

I. Quanto à prevenção, recomenda-se que as unidades de ensino reforcem as medidas de prevenção da doença, orientando os profissionais da educação o respeito as diretrizes.

Diretrizes Sanitárias para o Retorno das Aulas, como:

- Distanciamento social;
- Uso de máscaras;
- Higiene das mãos;
- Limpeza do ambiente de trabalho;
- Afastamento de sintomáticos;
- Monitoramento dos sintomas;
- Boa ventilação dos ambientes;
- A utilização dos aparelhos de ar condicionado.

II. Realizar triagem dos servidores da escola, classificados de acordo com seu estado individual inicial em relação à Covid-19, sendo divididos em grupos:

a) Grupo 1: Casos suspeitos ou confirmados: profissionais da educação que apresentarem sintomas como febre, dores no corpo, calafrios, falta de ar, tosse, dor de garganta, diarreia, alteração de paladar ou olfato e dificuldades respiratórias, como também os profissionais que tiveram contato, nos últimos 14 dias, com um caso confirmado de COVID-19;

b) Grupo 2: Grupo de Risco: são considerados grupos de risco pessoas com 60 anos ou mais; doenças crônicas

(cardiopatias, diabetes, hipertensão, imunossupressores), gestantes de alto risco, entre outros, conforme (Decreto Municipal 5.561 de 8 de abril de 2020);

c) Grupo 3: não pertencem aos grupos anteriores e tem permissão para realizar os trabalhos presencialmente;

d) A triagem possui dois objetivos:

- Identificação de casos suspeitos, permitindo o encaminhamento aos serviços de saúde;
- Isolamento dos casos suspeitos, evitando a transmissão no ambiente de trabalho.

III. Recomendar que todos os profissionais da educação respondam a um questionário autodeclaratório antes de acessar o local de trabalho, com o objetivo de identificar casos suspeitos de COVID-19 (realização de exames);

IV. Garantir monitoramento contínuo, adotando mecanismos de controle que permitam ao servidor informar ao gestor a presença de sintomas;

V. Para aferir a temperatura de seus profissionais no momento da chegada ao local de trabalho, recomenda-se seguir as orientações do fabricante sobre a calibragem do medidor de temperatura. Dar preferência à medidores de temperatura sem contato, caso não seja possível utilizar medidores de temperatura sem contato, a higienização do termômetro com álcool 70º deve ser realizada a cada uso. Na hipótese de a temperatura aferida de algum colaborador estar igual ou maior de 37,8°C, o colaborador deve ser considerado um caso suspeito; (aquisição dos materiais)

VI. Orientar os profissionais da educação identificados como casos suspeitos a:

a) Buscar uma Unidade de Saúde e seguir os critérios de isolamento conforme Guia de Vigilância Epidemiológica-Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus e Manual de Orientações da Covid-19 do Estado de Santa Catarina;

b) Manter o isolamento domiciliar de 10 a 14 dias conforme orientação médica. Após este período, o profissional poderá voltar ao trabalho;

c) Os familiares (contato domiciliar) devem ser orientados a realizar isolamento domiciliar de 10 a 14 dias conforme orientação médica.

11. DAOP CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

A capacitação e o treinamento são o modo de garantir o desenvolvimento de habilidades. A capacitação tem o intuito de ensinar novas habilidades e deixar o usuário pronto para desempenhar determinada função. O processo de treinamento é a forma de preparar um indivíduo com o objetivo de melhorar o que ele já sabe e garantir o

aperfeiçoamento de suas habilidades.

Recomenda-se a capacitação tanto das equipes que compõem as comissões escolares, bem como da comunidade escolar (alunos, professores, servidores, funcionários e familiares), a fim de esclarecer dúvidas e apresentar as diferentes etapas do plano de contingência, bem como a organização dos protocolos operacionais.

Além das capacitações, consideram-se também importantes os treinamentos, incluindo a realização de simulados de algumas ações (validação dos protocolos) realizadas em unidades escolares. O plano de contingência também precisa ser validado e, para tanto, a realização de exercícios simulados é uma condição fundamental para o sucesso da retomada gradual das atividades escolares presenciais.

No retorno das atividades da Rede Pública e Privada de Ensino, recomenda-se a adoção das seguintes medidas, visando à capacitação e ao treinamento das equipes:

- I. Oportunizar a capacitação das equipes responsáveis pela elaboração do Plano de Contingência Escolar de Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação do COVID-19.
- II. Oportunizar, a todos os servidores, alunos, professores integrantes da comunidade escolar envolvidos na gestão da crise sanitária e funcionários, capacitações e treinamentos regulares para os planos de contingência, com seus planos de ação e protocolos escolares.
- III. Capacitar a comunidade escolar nos seguintes temas: ações de higiene necessárias quando da utilização do transporte público e transporte escolar; utilização da máscara de proteção, troca da máscara; tempo útil de proteção de máscara; armazenamento/descarte de máscara contaminada; higienização das mãos e objetos; etiqueta respiratória; como se alimentar com segurança, etc.
- IV. Treinar as Comissões Escolares para fiscalização dos regramentos e diretrizes aplicáveis na unidade escolar que se pretende o retorno do ensino, extensão e pesquisas presenciais.
- V. Prover treinamento específico sobre higienização e desinfecção adequadas de materiais, superfícies e ambientes, aos servidores responsáveis pela limpeza.
- VI. Capacitar profissionais responsáveis pela triagem dos servidores e alunos da escola, sendo classificados de acordo com seu estado individual inicial em relação à Covid-19, sendo divididos em 3 grupos: grupo de risco, casos suspeitos ou confirmados, ou os que não pertencem a nenhum dos 2 grupos anteriores.
- VII. Capacitar e treinar servidores, funcionários e alunos para procederem às ações quando se depararem com indivíduos com sintomas de síndrome gripal, de forma a se protegerem e protegerem a comunidade escolar de possível contaminação.
- VIII. Capacitar os funcionários, servidores ou prestadores de serviço do transporte escolar quanto às medidas/diretrizes recomendadas para o retorno das aulas presenciais.

IX. Realizar a capacitação/treinamentos dos profissionais envolvidos em todos os processos da alimentação na escola (recebimento, armazenamento, pré-preparo, preparo, distribuição, acompanhamento e fiscalização), seguindo os procedimentos estabelecidos nas diretrizes sanitárias, planos de contingências e protocolos escolares.

X. Capacitar os professores e educadores para adequar as metodologias pedagógicas para a nova forma de ensino, conforme as diretrizes pedagógicas, e implementar estratégias que garantam o acesso à aprendizagem do estudante.

XI. Oportunizar a capacitação de professores e educadores para uso de novas estratégias de aprendizagem, metodologias ativas, ferramentas digitais, gamificação (jogos digitais), etc.

XII. Promover a formação das equipes pedagógicas e dos professores com os seguintes focos: planejamento alinhado à Base Nacional Curricular Comum - BNCC, ao Currículo Base do Território Catarinense - CBTC ou Currículo Referência, novas propostas pedagógicas, avaliação diagnóstica e processual, avaliação na perspectiva do percurso formativo, uso das TICs.

XIII. Proceder à articulação e à integração intersetorial com outras instituições/políticas (saúde, assistência social, segurança pública, criança e adolescente etc.), uma vez que as ações de resposta serão realizadas por instituições diferentes e que, se acionadas, precisam estar prontas para prestar o atendimento.

XIV. Realizar exercícios simulados de campo para a validação do plano de contingência e dos protocolos, antes da retomada às aulas com estudantes e servidores.

XV. Utilizar diferentes cenários de risco nas simulações e reunir o maior número de situações que os alunos vivenciam na escola, visualizando-as na perspectiva de prevenção ao Coronavírus, por exemplo:

Trajetos de ida e volta da escola: carro, ônibus, carona, bicicleta.

Na escola: entrada, saída, durante as aulas, intervalo, ida e volta ao banheiro, momento do lanche.

Ao chegar em casa: medidas de higienização e segurança.

12. DA OP COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Estas diretrizes se destinam a orientar as dinâmicas e ações operacionais de Informação e Comunicação, a serem implementadas pelo município e pelos estabelecimentos de ensino, quando do retorno às atividades letivas presenciais. Seu maior objetivo é garantir que alunos, professores, funcionários, servidores e respectivos familiares se mantenham informados de forma correta e adequada, para que adotem uma atitude crítica e vigilante, sobretudo em relação às fake news e notícias alarmistas, e para que possam contar com conhecimentos e dados condizentes com a realidade, que lhes permitam saber como proceder e por que proceder, de acordo com as orientações oficiais.



No que se refere aos processos de comunicação e, em especial, de comunicação de risco, faz-se necessário definir o quê será comunicado a quem, a duração desse processo e os meios que serão utilizados para a sua operacionalização. A comunicação pode ser pontual ou mais duradoura. A definição de quando envolve datas e duração, ou seja, a elaboração de um cronograma que deverá ser reavaliado, de acordo com a duração da crise epidêmica. O como, por sua vez, deve determinar os meios que serão utilizados para a comunicação.

A comunicação desempenha um papel-chave no momento de crise, e é a ferramenta que faz a ponte entre as instituições e todas as partes interessadas. Ter um sistema de comunicação de risco e de engajamento comunitário eficaz auxilia a evitar mal-entendidos, bem como a propagação de fake news.

A gestão da informação e a comunicação, no âmbito educacional, durante a crise pandêmica, deverá ser norteada pelas diretrizes listadas a seguir, e poderão ser complementadas, de acordo com as especificidades dos níveis educacionais:

- I. Constituir uma equipe responsável pela comunicação interna (entre atores envolvidos na crise e na resposta) e pela comunicação externa (ao público), definindo funções e responsabilidades dos seus membros.
- II. Planejar a ativação e implementação de um plano de comunicação, no âmbito do plano de ação coordenado pelas unidades escolares. Sugerimos que sejam incluídos os seguintes tópicos:
 - a. Contextualização
 - b. Objetivos e metas
 - c. Públicos-alvo
 - d. Conteúdo(s), principal e secundários, e sua inter-relação
- III. Recursos humanos e materiais – equipes de trabalho e responsáveis
 - a. Canais de comunicação e de informação
- IV. Calendarização
- V. Avaliação, adaptação e aprimoramento
- VI. Promover a compreensão, tanto sobre as principais formas de contágio associadas à COVID-19, como sobre as atitudes e comportamentos mais eficazes para a prevenção desse contágio.
- VII. Promover a adoção de atitudes responsáveis e equilibradas, que estejam longe, tanto do pânico paralisante, em que muitas pessoas se deixam mergulhar, como da atitude negacionista, sobre a dimensão do desafio.
- VIII. Incorporar a comunicação de risco dentro de um planejamento, para ocorrências graves e em todos os aspectos de resposta a uma epidemia.
- IX. Promover a comunicação com o público/comunidade, durante surtos epidêmicos, deve ser no sentido de criar,

manter ou resgatar a confiança e a transparência, para tanto, é importante analisar e entender o perfil do público-alvo.

X. Utilizar canais de comunicação confiáveis e eficazes, que o público-alvo utiliza regularmente, e que são de sua preferência. Seguem alguns canais que podem ser utilizados com o público interno e externo, como rádio, TV, Email, mídias sociais, materiais impressos e sistemas sonoros.

XI. Analisar e entender o perfil do (s) público(s)-alvo, para poder ajustar os objetivos e metas, diversificar e especializar a linguagem, os canais de comunicação etc.

XII. Estabelecer o diálogo em qualquer atividade que venha a ser implementada, de modo a, sistematicamente, coletar e dar resposta a todas as questões provenientes dos atores internos e externos.

XIII. Adequar a linguagem e o formato das mensagens, considerando a existência de pessoas com deficiências auditivas, visuais, cognitivas e de outras etnias (indígenas) ou de outros países.

XIV. Desenvolver campanhas e peças de multimídia que apresentem informações-chave e que possam ser compartilhadas online e transmitidas por diferentes mídias, com o objetivo de informar, envolver, e preparar para o futuro. Essa medida exige uma redefinição regular dos seus propósitos e da adequação às circunstâncias concretas.

XV. Providenciar que o conteúdo das mensagens enviadas pelas instituições participantes e pela unidade escolar inclua: informação sobre as medidas tomadas pela instituição para proteger os seus membros; informação sobre o impacto da situação de emergência na vida da instituição; informação sobre as medidas pedagógicas, de transporte, de alimentação, de gestão de pessoas, de treinamento e capacitação; sobre o possível período de retorno às aulas, entre outras.

XVI. Comunicar as normas de condutas relativas ao uso dos espaços físicos e à prevenção e ao controle do COVID-19, em linguagem acessível à comunidade escolar, e, quando aplicável, afixar cartazes com as mesmas normas em locais visíveis e de circulação, tais como: acessos aos estabelecimentos, salas de aula, banheiros, refeitórios, corredores, dentre outros.

XVII. Divulgar amplamente, para toda a comunidade escolar, as estratégias pedagógicas adotadas pela Rede de Ensino e/ou unidade escolar, a fim de promover seu engajamento na realização das atividades presenciais e não presenciais, enquanto perdurar o regime especial de educação decorrente da pandemia de COVID-19.

XVIII. Incluir no plano de comunicação indicações para a comunidade escolar relativas aos procedimentos alimentares, conforme as diretrizes sanitárias, planos de contingência e protocolos escolares.

XIX. Levar ao conhecimento dos profissionais do transporte escolar, quer sejam servidores ou prestadores de serviços (e aplicar no que couber), as medidas recomendadas para os demais profissionais voltados à atividade escolar.

XX. Realizar campanha de conscientização para que os pais/responsáveis priorizem, quando possível, o transporte próprio de seus filhos, visando evitar o risco de contaminação dentro do transporte coletivo, orientando para que não



transportem passageiros fora do núcleo familiar.

XXI. Elaborar cartilha de orientação sobre os cuidados básicos de prevenção da COVID-19 para disponibilizar pela internet aos profissionais da educação.

XXII. Afixar as medidas de prevenção por meio de materiais visuais nas unidades escolares.

XXIII. Informar de imediato à Secretaria de Saúde do município a ocorrência de caso suspeito de contaminação no estabelecimento de ensino, para fins de possível testagem e acompanhamento de sua evolução pelas autoridades sanitárias.

XXIV. Informar de imediato à Secretaria de Educação estadual/municipal a ocorrência de caso suspeito de contaminação no estabelecimento de ensino, para fins de monitoramento e controle da evolução do contexto pandêmico municipal e regional na rede de ensino, pela Secretaria.

XXV. Manter a comunicação motivacional e de envolvimento para promover a adoção de medidas implementadas pela unidade escolar e adequadas a cada fase da pandemia no estado, na região e no município, em todos os meios de comunicação, para lembrar que a unidade de ensino está preocupada com o bem-estar de todos.

XXVI. Estruturar o sistema de comunicação de modo que a comunidade saiba o que fazer ao receber a informação e os alertas.

XXVII. Reforçar parcerias com os órgãos de comunicação social, através de formação e disponibilização de materiais, visando a maximização da informação e mensagens através destes canais.

XXVIII. Elaborar cronogramas para atividades e produtos de comunicação, monitorando sua implementação.

XXIX. Monitorar o processo de comunicação e informação, periodicamente, para que ele possa ser avaliado e melhorado.

13. UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL (SISTEMA DE COMANDO OPERACIONAL)

O(a) CETISA (Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda e Centro Educacional Timbó Eireli) adotou a seguinte estrutura de gestão operacional.



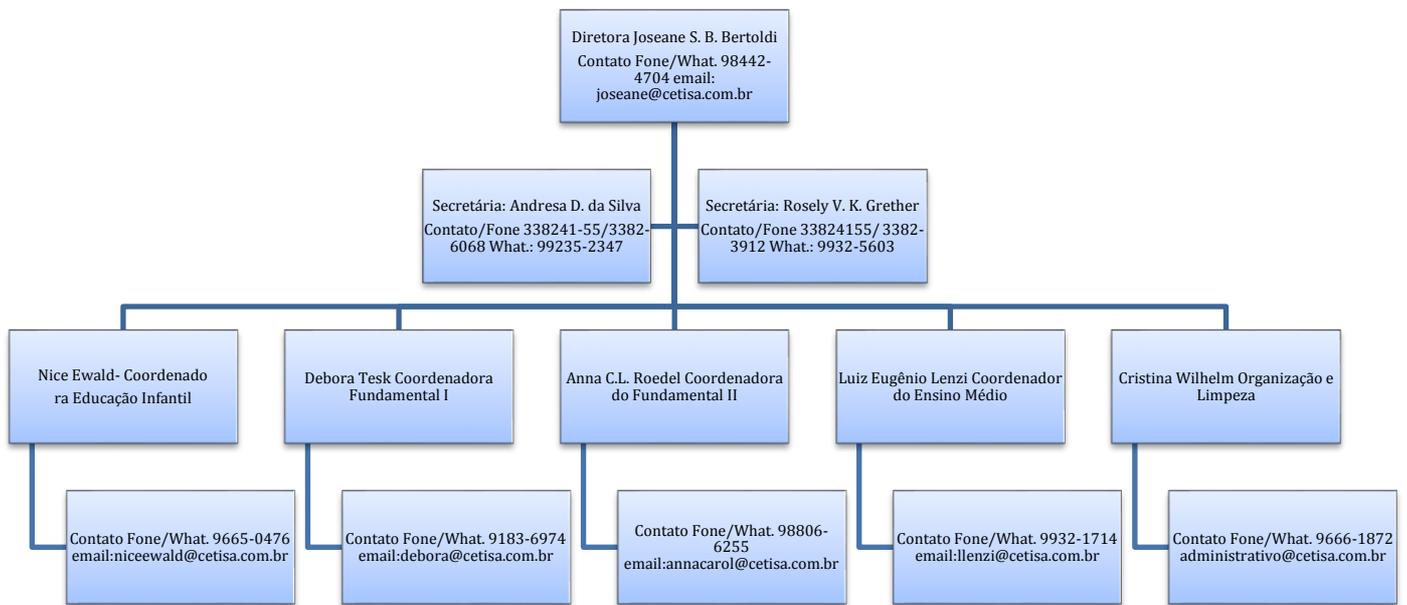


Figura 2: Organograma de um Sistema de Comando Operacional (SCO)

Para a devida aplicação da metodologia proposta, cada uma das caixas no organograma deve ser devidamente nominada (responsável) e identificada com telefone, e-mail, watasapp da pessoa com poder de decisão. Para facilitar a utilização e visibilidade pode-se criar um mural para comunicações, avisos, indicação dos responsáveis e contatos de emergência.

14. SISTEMA DE VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA E ALARME)

14.1. Dispositivos Principais

Nosso sistema de alerta e alarme está organizado em torno de 5 dispositivos principais de vigilância e comunicação:

- indicações provenientes de instituições hierarquicamente superiores e das entidades de saúde;
- sistema de observações e controle de evidências (tosse persistente de alguém, queixa de sintomas compatíveis

- com COVID-19, medição de temperatura em casos suspeitos;
- c. informações variadas plausíveis provenientes de diversas fontes (alunos e pais, funcionários, autoridades locais, entidades representativas e acreditáveis);
- d. simulados de algumas ações (e protocolos);
- e. relatórios diários de responsáveis da Unidade de Gestão Operacional.

Com base nestes dispositivos procede-se um constante monitoramento das dinâmicas e ações implementadas e, se necessário, seu ajuste. No quadro abaixo apresenta-se como está organizado o sistema de vigilância e comunicação.

| NOME | FUNÇÃO | CONTATO | DISPOSITIVO |
|--|--------------------|-------------------------|-------------|
| Cantinho Feliz ANDRESA DRIELI DA SILVA | Secretária Escolar | 3382- 4155 3382-6068 | |
| Centro Educacional ROSELY V. KURTZ GREETHER | Secretária Escolar | 3382-3912 3382- 8425 | |

Quadro 1: sistema de vigilância e comunicação

14.2. Monitoramento e avaliação

Tendo em vista a imprevisibilidade da evolução da pandemia, é fundamental o monitoramento constante do cenário de risco e das dinâmicas e ações operacionais adotadas, com avaliações de processos e resultados e constantes ajustes que se demonstrem necessários, para manter o plano de contingência atualizado. O registro das ações adotadas e das verificações realizadas é também importante para salvaguardar futuras questões legais.

Os registros diários das atividades da escola, de maior ou menor eficácia das diferentes dinâmicas e ações, de eventuais problemas detectados e como foram resolvidos, de questões que seja necessário resolver ou aspectos a serem alterados, serão realizados em boletins de preenchimento expedito e em relatórios conforme modelos que consta nos anexos 2 e 3 do Caderno de Apoio Plancon Covid-19.

Retirar os modelos de Boletim e de Relatório – estarão disponibilizados no Caderno Plancon Covid-



ANEXO 1 MODELO BOLETIM

BOLETIM DIÁRIO DE OCORRÊNCIAS INFORME DE Nº _____

DIA: ____ / ____ / ____

| DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS | OCORRÊNCIA | ENCAMINHAMENTO | RESOLUÇÃO | ALTERAÇÕES (SE HOVER) |
|--------------------------------|--|----------------|-----------|-----------------------|
| GESTÃO DE PESSOAS | Ex.: Atestado médico Necessidade de isolamento social Apoio psicológico Formação, treinamento | | | |
| MEDIDAS SANITÁRIAS | | | | |
| ALIMENTAÇÃO | | | | |
| TRANSPORTE | | | | |
| QUESTÕES PEDAGÓGICAS | | | | |
| OUTRAS | | | | |

OBSERVAÇÕES OU PENDÊNCIAS:

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: _____

1. Aspectos facilitadores e dificultadores das Dinâmicas e Ações Operacionais:

| DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS | FACILITADORES | DIFICULTADORES |
|--------------------------------|---------------|----------------|
| GESTÃO DE PESSOAS | | |
| MEDIDAS SANITÁRIAS | | |
| ALIMENTAÇÃO | | |
| TRANSPORTE | | |
| QUESTÕES PEDAGÓGICAS | | |

2. Dados Quantitativos:

| DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS | ASPECTOS | NÚMERO |
|--------------------------------|--|--------|
| GESTÃO DE PESSOAS | <ul style="list-style-type: none"> - Professores envolvidos: - Servidores envolvidos: - Estudantes envolvidos: - atendimentos realizados com professores: - atendimentos realizados com servidores: - atendimentos realizados com estudantes: - atendimentos realizados com familiares:c | |
| MEDIDAS SANITÁRIAS | <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de álcool gel - Quantidade de máscaras | |
| ALIMENTAÇÃO | <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de refeições servidas - Quantidade de alimentos servidos em kg | |
| TRANSPORTE | <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de alunos transportados - Quantidade de motoristas mobilizados - Quantidade de motoristas treinados | |
| QUESTÕES PEDAGÓGICAS | <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de atividades desenvolvidas - Quantidade de material produzido - Quantidade de equipamentos utilizados - Quantidade de horas presenciais - Quantidade de horas ensino híbrido - Quantidade de alunos presenciais - Quantidade de alunos em ensino híbrido - Quantidade de estudantes ensino remoto | |
| TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO | <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de treinamentos oferecidos - Quantidade de professores capacitados - Quantidade de servidores em simulados - Quantidade de horas de capacitação ofertadas - % de aproveitamento das capacitações ofertadas - Quantidade de certificados - Quantidade de material elaborado | |

3 - Destaques Evidenciados, Aspectos a Melhorar e Lições Aprendidas

| DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS | DESTAQUES EVIDENCIADOS | ASPECTOS A MELHORAR | LIÇÕES APRENDIDAS |
|--------------------------------|------------------------|---------------------|-------------------|
| GESTÃO DE PESSOAS | | | |
| MEDIDAS SANITÁRIAS | | | |
| ALIMENTAÇÃO | | | |
| TRANSPORTE | | | |
| QUESTÕES PEDAGÓGICAS | | | |





TERMO DE COMPROMISSO DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAS TIMBÓ/SC

Família e Escola comprometidas em proteger e cuidar para educar e garantir um retorno seguro.

| DADOS DO ALUNO | |
|----------------------------|-------------------|
| Nome Completo do Aluno: | |
| Ano: | Turma: |
| DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL | |
| Nome completo: | |
| Grau de parentesco: | RG ou CPF: |
| CONTATOS | |
| Telefone fixo: | Celular/Whatsapp: |

CONSIDERANDO que o retorno às atividades presenciais nas Unidades Escolares tem fundamental importância para o desenvolvimento social, intelectual e emocional dos estudantes.

DECLARO, eu, responsável legal pelo(a) aluno(a) supracitado, ter ciência de todos os problemas causados pela pandemia COVID-19, dos riscos em relação ao contágio do Coronavírus e do que está acontecendo a nível mundial, nacional, e especialmente no município de Timbó e Estado de Santa Catarina.

DECLARO que estou ciente do agravamento dos riscos que envolvem o retorno às aulas presenciais, bem como, estou ciente de todas medidas e protocolos adotados pela Secretaria Municipal de Educação em relação ao retorno das atividades presenciais.

DECLARO que estou ciente de que, neste momento, as atividades serão ofertadas presenciais e não presenciais, simultaneamente, devendo o estudante desenvolver as atividades conforme o planejamento do professor.

E, por livre e espontânea vontade, ciência, concordância e responsabilidade:

() **DECLARO**, que o(a) aluno(a) **NÃO FREQUENTARÁ** neste momento às aulas presenciais. E estou ciente das obrigações no tocante ao cumprimento das atividades escolares, seja em plataformas digitais ou em meio físico, me comprometendo a realização das mesmas para que o rendimento do(a) aluno(a) seja avaliado adequadamente, da mesma forma me comprometo em manter os dados do aluno(a) atualizados na Unidade Escolar.

() **DECLARO** que o(a) aluno(a) **FREQUENTARÁ** às aulas presenciais. E estou ciente das obrigações no tocante ao cumprimento das atividades escolares, seja em plataformas digitais ou em meio físico, me comprometendo a realização das mesmas para que o rendimento do(a) aluno(a) seja avaliado

adequadamente, da mesma forma me comprometo em manter os dados do aluno(a) atualizados na Unidade Escolar. Também declaro estar CIENTE:

- a. Das exigências sanitárias de segurança estabelecidas que deverão ser cumpridas, especialmente no tocante ao uso da máscara e higienização das mãos;
- b. De que as aulas presenciais serão ofertadas em forma de “revezamento”, em dias e horários preestabelecidos, devendo o(a) aluno(a) frequentar as aulas conforme os dias/horários determinados;
- c. De que em caso de contágio de alguém que resida com o(a) aluno(a), o responsável se compromete em comunicar a unidade escolar e cumprir o tempo de afastamento determinado pela autoridade médica.
- d. De que o(a) aluno(a) somente frequentará o atendimento presencial caso não tenha apresentado nos últimos 14 dias sintomas de contaminação, tais como febre, tosse, ou caso tenha sido diagnosticado com infecção pelo Coronavírus.

Estando de forma clara as informações, assino o presente.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Timbó, _____ de outubro de 2020.



ANEXO 4

MODELO TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE - INSTITUIÇÃO DE ENSINO

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

(para fins do disposto no §1º, do Art. 1º, da Portaria Conjunta SES/SED nº 778 de 06/10/2020)

1. UNIDADE/ESTABELECIMENTO DE ENSINO:

Nome/Razão Social: CENTRO DE EDUCAÇÃO CANTINHO FELIZ LTDA

Endereço: Rua Petúnia, 210- Bairro Pe Martinho Stein- Timbó/SC

Nome/Razão Social: CENTRO EDUCACIONAL TIMBÓ EIRELI

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 222- Centro- Timbó/SC

Se Privada:

Nome do(a) Diretor(a): Joseane Sandra Benaci Bertoldi

CPF do(a) Diretor(a): 834.731.819-00

2. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ESCOLAR DA UNIDADE

Composição da Comissão Escolar, nos termos da Portaria Conjunto SED/SES/DCSC nº 750/2020:

A) Representante Gestor (Joseane Sandra Benaci Bertoldi- CPF: 834.731.819-00):

B) Representante do Quadro de Professores (Nice Ewald- CPF 569.761.519-15):

C) Representante dos Alunos (Débora Tesk CPF 093.010.599-08):

D) Representante das Famílias dos Alunos* (Anna Carolina Lenzi Roedel- CPF 058.856.999 – 25)

E) Representante das Entidades Colegiadas* (Luiz Eugênio Lenzi- CPF 725.271.459-49)

F) Representante de outros trabalhadores (Daniel Fabrício Koepsel- CPF 041.100.359-37.):

G) Representante de outros trabalhadores (Cristina Wilhelm- CPF 036.319.359-60):

2. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

Pelo presente TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, para fins do disposto no §1º, do Art. 1º, da Portaria Conjunta SES/SED nº 778 de 06/10/2020, os representantes da Comissão Escolar da unidade/estabelecimento de ensino acima identificados DECLARAM:

A) estarem cientes de todas as medidas e os protocolos de retorno às aulas presenciais no Estado de Santa Catarina, notadamente as Diretrizes para o Retorno às Aulas[1], a Portaria Conjunta SED/SES/DCSC nº 750, de 25 de setembro de 2020, a Portaria Conjunta SES/SED nº 778 de 06/10/2020 e os Planos de Contingência Estadual e Municipal para a Educação;

B) que a elaboração do PLANO DE CONTINGÊNCIA DA UNIDADE ESCOLAR segue o que preconiza o Art. 2º da Portaria Conjunta SED/SES/DCSC nº 750/2020 2020, bem como às medidas e aos protocolos referidos do item supra;

C) que a unidade/estabelecimento de ensino deverá manter em sua sede o PLANO DE CONTINGÊNCIA ESCOLAR sempre atualizado, estando ciente de que em qualquer momento poderá haver fiscalização pelos órgãos competentes, nos termos da Portaria Conjunta SES/SED 778/2020, sujeitando a(o) unidade/estabelecimento e os signatários às penalidades previstas na legislação sanitária, que incluem multa e eventual interdição, sem prejuízo da eventual incidência da legislação penal (art. 268, CP).

Por ser expressão da verdade, estando de acordo com este Termo, firmam o presente Termo de Responsabilidade, sob as penas da lei, para que produza os efeitos legais.

COMISSÃO ESCOLAR:

Representante Gestor
Joseane Sandra Benaci Bertoldi
CPF 834.731.819-00)

Representante do Quadro de Professores
Nice Ewald
CPF 569.761.519-15

Representante dos Alunos
Debora Tesck
CPF 093.010.599-08

Representante de outros trabalhadores
Daniel Fabrício Koepsel
CPF 041.100.359-37

Representante de outros trabalhadores
Cristina Wilhelm
CPF 036.319.359-60

Representante das Famílias dos Alunos
Anna Carolina Lenzi Roedel
CPF 058.856.999 - 25

Representante das entidades colegiadas
Luiz Eugênio Lenzi
CPF 725.271.459-49

Timbó, em ____ de outubro de 2020

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer n° 05, de 30 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer n° 09, de 08 de junho de 2020. Reexame do Parecer CNE/ n° 05/2020, que tratou da Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19. (em homologação).

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer n° 11, de 07 de julho de 2020. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da pandemia.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina. Defesa Civil. **Plano Estadual de Contingência - Educação:** para prevenção, monitoramento e controle da disseminação da covid-10 nos estabelecimentos dos diversos níveis de educação/ensino. Florianópolis, 2020. 26 p.

